

Grupo VAMOS

**Demonstrações financeiras
combinadas *carve-out* em 31 de
dezembro de 2018 e relatório do
auditor independente**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras combinadas <i>carve-out</i>	1
Balancos patrimoniais combinados <i>carve-out</i>	10
Demonstrações de resultados combinadas <i>carve-out</i>	11
Demonstrações de resultados abrangentes combinadas <i>carve-out</i>	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido combinadas <i>carve-out</i> e investimento da controladora	13
Demonstrações dos fluxos de caixa combinadas <i>carve-out</i> – Método indireto	14
Demonstrações do valor adicionado combinadas <i>carve-out</i>	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas <i>carve-out</i>	16
1. Contexto operacional	16
2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras combinadas <i>carve-out</i> e principais práticas contábeis adotadas	24
3. Informações por segmento	44
4. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	45
5. Caixa e equivalentes de caixa	52
6. Títulos e valores mobiliários	53
7. Contas a receber	53
8. Estoques	54
9. Tributos a recuperar	55
10. Imposto de renda e contribuição social a recuperar	55
11. Ativo imobilizado disponibilizado para venda	55
12. Fundos para capitalização de concessionárias	56
13. Imobilizado	57
14. Intangível	58
15. Fornecedores	60
16. <i>Floor plan</i>	61
17. Risco sacado a pagar – montadoras	61
18. Empréstimos e financiamentos	62
19. Arrendamentos financeiros a pagar	65
20. Transações com partes relacionadas	67
21. Obrigações a pagar por aquisição de empresas	70
22. Outras contas a pagar	71
23. Crédito (provisão) para imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	71

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24. Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais e administrativas	73
25. Cessão de direitos creditórios	75
26. Patrimônio líquido e investimento da controladora	75
27. Cobertura de seguros	79
28. Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços	80
29. Gastos por natureza	82
30. Resultado financeiro	83
31. Arrendamento operacional	83
32. Lucro por ação	84
33. Informações suplementares do fluxo de caixa	84
34. Eventos subsequentes	85



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras combinadas *carve-out*

Ao Conselho de Administração e Acionistas do Grupo Vamos

Mogi das Cruzes - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras combinadas *carve-out* relativas ao segmento de “locação de veículos, máquinas e equipamentos pesados”, que incluem as empresas Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. (“Companhia”), Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda., ClicCa Atividades de Internet Ltda., Borgato Máquinas S.A., Borgato Caminhões S.A., Borgato Serviços Agrícolas S.A. e as informações financeiras *carve-out* advindas da JSL S.A., da CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. e da Movida Participações S.A. (“Grupo Vamos”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras combinadas *carve-out* acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, combinada *carve-out* do Grupo Vamos em 31 de dezembro de 2018, o desempenho combinado *carve-out* de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa combinados *carve-out* para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*”. Somos independentes em relação ao Grupo Vamos de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração e apresentação

Chamamos a atenção para as notas explicativas nºs 1.2 e 2.3 às demonstrações financeiras que descrevem a base de elaboração das demonstrações financeiras combinadas *carve-out* e os critérios utilizados para o rateio e alocação das receitas, custos e despesas, ativos e passivos. As demonstrações financeiras combinadas *carve-out* do segmento de locação de veículos, máquinas e equipamentos pesados do Grupo Vamos podem não ser um indicativo da posição e performance financeira e dos fluxos de caixa que poderiam ser obtidos se o Grupo Vamos tivesse operado como uma única entidade independente. As referidas demonstrações financeiras combinadas *carve-out* foram elaboradas e apresentadas exclusivamente para demonstrar a posição patrimonial e financeira, o desempenho das operações e os fluxos e caixa do Grupo Vamos e podem não servir para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras combinadas *carve-out* como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras combinadas *carve-out* e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação do valor recuperável dos ágios sobre combinações de negócios e dos fundos de comércio

Veja as Notas 2.11 e 14 das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*

Principais assuntos de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo Vamos possui ágios por expectativa de rentabilidade futura oriundos de combinações de negócios e fundos de comércio registrados na rubrica de “intangíveis”, no total de R\$ 128.491 mil. Para a avaliação da recuperabilidade dos ágios e dos fundos de comércio são utilizadas premissas e julgamentos significativos na determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros. O Grupo Vamos avalia anualmente a projeção desses fluxos de caixa futuros, bem como as premissas que os determinam, tais como volume de prestação de serviços, custos operacionais e taxas de descontos. Alterações nas premissas significativas utilizadas podem afetar de forma relevante as demonstrações financeiras combinadas <i>carve-out</i>. Por esse motivo, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">– Avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles internos chave relacionados à determinação dos valores recuperáveis dos ágios por expectativa de rentabilidade futura oriundos de combinações de negócios e dos fundos de comércio, em especial a revisão pela Administração dos estudos realizados por especialista contratado;– Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, da adequação das premissas utilizadas para determinar o valor recuperável dos ágios por expectativa de rentabilidade futura e dos fundos de comércio por meio dos fluxos de caixa descontados por unidades geradoras de caixa, bem como a avaliação da razoabilidade e consistência das premissas utilizadas;– Comparação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das premissas do Grupo Vamos com os dados obtidos externamente, tais como o crescimento econômico projetado, a inflação de custos e as taxas de desconto, bem como a avaliação da análise de sensibilidade sobre as premissas significativas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas; e– Avaliamos a adequação e suficiência das divulgações apresentadas nas notas explicativas. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos que o processo de determinação dos valores recuperáveis dos ágios por expectativa de rentabilidade futura oriundos de combinações de negócios e dos fundos de comércio, bem como as premissas e julgamentos utilizados são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras combinadas <i>carve-out</i> tomadas em conjunto.</p>

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Veja as Notas 2.12 e 23 das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*

Principais assuntos de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>O Grupo Vamos possui na rubrica de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos o montante de R\$ 30.395 mil, provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que foram considerados como recuperáveis com base em projeção realizada sobre a geração de lucros tributáveis futuros. O Grupo Vamos utiliza-se de certas premissas e julgamentos significativos na determinação do lucro tributável futuro, tais como o crescimento econômico projetado, a inflação de custos, as taxas de desconto, bem como a determinação do prazo de utilização e interpretação de leis tributárias, que fundamentam as expectativas de realização dos ativos fiscais diferidos. Devido ao grau de julgamento utilizado na projeção de lucros tributáveis futuros, suas estimativas e premissas e, do impacto que eventuais alterações nessas premissas e estimativas poderiam trazer para o valor dos ativos fiscais diferidos reconhecido nas demonstrações financeiras combinadas <i>carve-out</i>, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">– Avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles internos chave relacionados à determinação da projeção de geração de lucros tributáveis futuros, em especial a revisão, pela Administração, do estudo realizado por especialista contratado;– Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, da razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar a projeção de lucros tributáveis futuros, incluindo expectativa de crescimento, inflação e comparação com dados históricos, dados do setor e/ou dados de mercado da controlada Transrio. Adicionalmente, foi feita a análise de sensibilidade das premissas significativas utilizadas;– Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em tributos, sobre a adequação da base fiscal utilizada para o cálculo dos impostos diferidos, tendo como referência a legislação tributária vigente; e– Avaliamos a adequação e suficiência das divulgações apresentadas nas notas explicativas. <p>Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o processo de determinação das premissas e julgamentos significativos adotados na projeção de lucros tributáveis futuros é aceitável no contexto das demonstrações financeiras combinadas <i>carve-out</i> tomadas em conjunto.</p>

Reconhecimento da receita de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços

Veja as Notas 2.14 e 28 das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*

Principais assuntos de auditoria

Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo Vamos possui na rubrica de receita líquida o montante de R\$ 983.290 mil, decorrente, substancialmente, de locação, venda de veículos e peças e prestação de serviços. Além disso, no curso normal de renovação de suas frotas, o Grupo Vamos efetua a venda de ativos (veículos, máquinas e equipamentos pesados) utilizados na prestação de serviços. O reconhecimento da receita requer um controle minucioso para identificar o momento em que o Grupo Vamos transfere tal controle sobre os serviços e/ou ativos ao cliente e deixa de manter envolvimento na gestão do ativo. Devido à relevância dos montantes envolvidos, à necessidade de controles auxiliares na determinação do momento em que o controle é transferido para a contraparte e ao julgamento envolvido na determinação do momento em que o Grupo Vamos deixa de manter envolvimento na gestão do ativo, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados aos processos de venda de veículos e peças, locação, prestação de serviços e venda de ativos, em especial à identificação do momento em que o Grupo Vamos transfere o controle ao cliente dos serviços prestados e/ou dos ativos vendidos e deixa de manter envolvimento na gestão do ativo;
- Testamos em base de amostragem os critérios para reconhecimento contábil da receita de vendas e prestação de serviços e realizamos testes documentais, bem como avaliamos se a contabilização da receita foi efetuada de forma apropriada dentro dos respectivos períodos de competência;
- Avaliação dos cancelamentos e devoluções ocorridos no início de janeiro de 2019, a fim de testar se as receitas foram contabilizadas observando o regime de competência dos exercícios; e
- Avaliamos a adequação e suficiência das divulgações apresentadas nas notas explicativas.

Devido aos resultados obtidos a partir da análise do ambiente de controles internos, adaptamos nossa abordagem de auditoria, ampliando a extensão dos procedimentos inicialmente planejados para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada.

No decorrer de nossa auditoria identificamos certos ajustes imateriais que afetaram a mensuração e a divulgação da receita líquida, os quais não foram registrados pelo Grupo Vamos por terem sido considerados imateriais

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o processo de reconhecimento da receita do Grupo Vamos relativo à venda de veículos e peças, locação, prestação de serviços e venda de ativos é aceitável no contexto das demonstrações financeiras combinadas *carve-out* tomadas em conjunto.

Vida útil econômica e estimativa do valor residual e recálculo da depreciação dos veículos e das máquinas e equipamentos destinados a locação

Veja as Notas 2.9 e 13 das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*

Principais assuntos de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2018 o Grupo Vamos possui na rubrica de imobilizado o montante de R\$ 1.340.727 mil relativo a veículos, máquinas e equipamentos. O Grupo Vamos revisa anualmente as premissas utilizadas para determinar a estimativa de vida útil econômica dos ativos. Adicionalmente, o Grupo Vamos utiliza premissas e julgamentos significativos para determinar o valor residual estimado na venda dos ativos de locação. Uma alteração das premissas utilizadas e dos julgamentos exercidos pode impactar de forma relevante os encargos de depreciação computados no exercício corrente e futuros e o resultado na venda desses ativos. Em função da relevância, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles internos chave no processo de elaboração das premissas significativas relacionadas à determinação da vida útil econômica e do valor residual dos veículos e das máquinas e equipamentos destinados à locação (“ativos”); – Avaliação dos julgamentos significativos exercidos pelo Grupo Vamos e consideração sobre as premissas significativas feitas para determinar a adequação do uso da vida útil econômica estimada dos ativos e seu valor residual atribuído, tais como o período esperado e o valor projetado de venda; – Recálculo dos encargos de depreciação reconhecidos durante o exercício considerando também o valor residual atribuído ao ativo; e – Avaliamos a adequação e suficiência das divulgações apresentadas nas notas explicativas. <p>Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o processo de elaboração das premissas significativas para a determinação da vida útil econômica e valores residuais dos veículos, máquinas e equipamentos destinados à locação é aceitável no contexto das demonstrações financeiras combinadas <i>carve-out</i> tomadas em conjunto.</p>

Julgamento na identificação dos saldos e transações decorrentes do processo de *carve-out*

Veja a Nota 1.2 das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*

Principais assuntos de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>As demonstrações financeiras combinadas <i>carve-out</i> consideram os lançamentos contábeis <i>carve-out</i> relacionados, entre outras, com a alocação de receitas, custos e despesas, ativos, dívidas e outros passivos advindos de determinadas controladas da JSL S.A. (“Grupo JSL”) que foram considerados pelo Grupo Vamos no processo de elaboração dessas demonstrações financeiras. O registro dos efeitos do <i>carve-out</i> requer um controle minucioso para identificar os resultados das transações e saldos patrimoniais a serem considerados nas demonstrações financeiras combinadas <i>carve-out</i>. Devido à relevância desse processo, a necessidade de controles auxiliares para determinar os valores a serem reconhecidos e ao julgamento envolvido, os quais podem afetar os montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras combinadas <i>carve-out</i>, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">– Verificação da documentação e atos societários da alocação de receitas, custos e despesas, ativos, dívidas e outros passivos advindos de determinadas controladas do Grupo JSL e que foram transferidos para o Grupo Vamos;– Verificação das premissas e fontes de informações utilizadas para capturar os saldos e transações de <i>carve-out</i> refletidos nas demonstrações financeiras;– Em base amostral, avaliamos a adequação dos critérios para reconhecimento contábil dos resultados advindos do <i>carve-out</i> e realizamos testes documentais para comprovar se a contabilização dessas transações foi efetuada apropriadamente e no período de competência; e– Avaliação da adequação e suficiência das divulgações apresentadas nas notas explicativas. <p>No decorrer de nossa auditoria identificamos certos ajustes imateriais que afetaram a mensuração e a divulgação dos saldos e transações decorrentes do processo de <i>carve-out</i>, os quais foram registrados pelo Grupo Vamos.</p> <p>Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o processo de identificação dos saldos e transações decorrentes do processo de <i>carve-out</i>, é aceitável no contexto das demonstrações financeiras combinadas <i>carve-out</i> tomadas em conjunto.</p>

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações combinadas *carve-out* do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Grupo Vamos, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras combinadas *carve-out* do Grupo Vamos. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras combinadas *carve-out* e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações combinadas *carve-out* do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras combinadas *carve-out* tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras combinadas *carve-out*

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras combinadas *carve-out* de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Grupo Vamos em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar as Empresas do Grupo Vamos ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras combinadas *carve-out*, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras combinadas *carve-out*, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não

detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Grupo Vamos.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Grupo Vamos. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras combinadas *carve-out* ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Grupo Vamos a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras combinadas *carve-out* representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras combinadas *carve-out*. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6



Ulysses M. Duarte Magalhães
Contador CRC RJ-092095/O-8

Grupo VAMOS
Balancos patrimoniais combinados *carve-out*
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2018⁽¹⁾</u>	<u>31/12/2017⁽¹⁾</u>		<u>Nota</u>	<u>31/12/2018⁽¹⁾</u>	<u>31/12/2017⁽¹⁾</u>
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	58.605	83.311	Fornecedores	15	83.032	99.439
Títulos e valores mobiliários	6	7.253	87.042	<i>Floor Plan</i>	16	53.413	38.333
Contas a receber	7	166.822	154.080	Risco sacado a pagar – montadoras	17	-	2.860
Estoques	8	101.930	85.130	Empréstimos e financiamentos	18	189.109	227.043
Tributos a recuperar	9	11.406	8.223	Arrendamentos financeiros a pagar	19	15.201	14.337
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10	17.875	13.924	Partes relacionadas	20.1	26.067	43
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	11	61.972	35.319	Cessão de direitos creditórios	25	7.410	6.043
Despesas antecipadas		7.505	3.878	Obrigações trabalhistas		11.695	9.292
Adiantamentos a terceiros		16.932	8.976	Imposto de renda e contribuição social a recolher		446	1.935
Outros créditos		15.734	5.837	Tributos a recolher		6.062	7.560
		466.034	485.720	Adiantamentos de clientes		24.480	15.512
				Dividendos a pagar e juros sobre capital próprio	26.3.a	61.375	18.446
Não circulante				Obrigações a pagar por aquisição de empresas	21	34.769	57.314
Realizável a longo prazo				Outras contas a pagar	22	15.066	3.578
Títulos e valores mobiliários	6	794	4.378			528.125	501.735
Instrumentos financeiros derivativos	4.3.2	4.880	-	Não circulante			
Contas a receber	7	14.189	20.886	Fornecedores	15	-	4.325
Fundos para capitalização de concessionárias	12	23.477	19.935	Empréstimos e financiamentos	18	700.877	571.732
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.1	24.594	23.953	Arrendamentos financeiros a pagar	19	29.735	14.867
Depósitos judiciais	24.1	4.648	3.198	Cessão de direitos creditórios	25	16.761	24.171
Outros créditos		1.901	2.247	Provisão para demandas judiciais e administrativas	24.2	3.280	2.883
		74.483	74.597	Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.1	136.459	104.337
				Obrigações a pagar por aquisição de empresas	21	33.275	45.833
Imobilizado	13	1.385.822	1.250.379			920.387	768.148
Intangível	14	165.137	168.507			1.448.512	1.269.883
		1.625.442	1.493.483	Total do passivo			
				Patrimônio líquido e investimento da controladora			
				Capital social	26.1	482.817	499.864
				Reserva de capital	26.2	24.199	23.639
				Reserva de lucros		167.951	104.829
				Ações em tesouraria	26.4	(94.193)	-
				Investimento da controladora	1.2	61.481	80.988
				Outros resultados abrangentes		709	-
				Total do patrimônio líquido e investimento da controladora		642.964	709.320
Total do ativo		2.091.476	1.979.203	Total do passivo, patrimônio líquido e investimento da controladora		2.091.476	1.979.203

(1) Os valores de 31 de dezembro de 2018 refletem os impactos da adoção do CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente, sendo que o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 não está sendo reapresentado. Na nota explicativa 2.19.3 estão apresentados os reflexos da adoção do CPC 48 / IFRS 9 e do CPC 47 / IFRS 15.

Grupo VAMOS
Demonstrações de resultados combinadas *carve-out*
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais, exceto o lucro por ação

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2018⁽¹⁾</u> <u>(Reclassificado)</u>	<u>31/12/2017⁽¹⁾</u>
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços	28	983.290	674.756
Custo das vendas, locações e prestação de serviços	29	(552.881)	(327.114)
Custo de venda de ativos desmobilizados	29	(97.774)	(67.903)
(=) Total do custo das vendas, locações, prestação de serviços, e das vendas de ativos desmobilizados		(650.655)	(395.017)
(=) Lucro bruto		332.635	279.739
Despesas comerciais	29	(22.533)	(15.951)
Despesas administrativas	29	(85.805)	(65.141)
Perdas esperadas (<i>impairment</i>) de contas a receber	29	(9.133)	(25.470)
Outras receitas operacionais, líquidas	29	18.549	7.773
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		233.713	180.950
Receitas financeiras	30	17.871	12.032
Despesas financeiras	30	(84.494)	(57.253)
(=) Resultado financeiro líquido		(66.623)	(45.221)
(=) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		167.090	135.729
Imposto de renda e contribuição social – corrente	23.2	(18.447)	(21.191)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	23.2	(32.369)	(21.954)
(=) Total do imposto de renda e da contribuição social		(50.816)	(43.145)
(=) Lucro líquido do exercício		116.274	92.584
(=) Lucro líquido básico e diluído por ação no final do exercício (Em R\$)	32	0,34545	0,57925

(1) Os valores de 31 de dezembro de 2018 refletem os impactos da adoção do CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente, sendo que a demonstração de resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não está sendo reapresentada. Na nota explicativa 2.19.3 estão apresentados os reflexos da adoção do CPC 48 / IFRS 9 e do CPC 47 / IFRS 15.

Grupo VAMOS
Demonstrações de resultados abrangentes combinadas *carve-out*
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais

	<u>31/12/2018⁽¹⁾</u>	<u>31/12/2017⁽¹⁾</u>
Lucro líquido do exercício	116.274	92.584
Itens a serem ou que podem ser posteriormente reclassificados para o resultado:		
Ganho sobre o <i>hedge</i> de fluxo de caixa - parcela efetiva das mudanças de valor justo	1.075	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos relacionados aos componentes dos outros resultados abrangentes	(366)	-
	<u>709</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>116.983</u>	<u>92.584</u>

(1) Os valores de 31 de dezembro de 2018 refletem os impactos da adoção do CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente, sendo que a demonstração de resultados abrangentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não está sendo reapresentada. Na nota explicativa 2.19.3 estão apresentados os reflexos da adoção do CPC 48 / IFRS 9 e do CPC 47 / IFRS 15.

Grupo VAMOS

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido combinadas *carve-out* e investimento da controladora

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais

Nota	Reserva de capital			Reserva de lucros					Investimento da controladora	Adiantamento para futuro aumento de capital	Patrimônio líquido e investimento da controladora total
	Capital social	Transações com pagamentos baseados em ações	Ágio na subscrição de ações	Ações em tesouraria	Reserva legal	Lucros retidos	Lucros acumulados	Reserva de hedge			
Saldos em 31 de dezembro de 2016		303.669	186	-	-	14.354	-	-	111.982	7.460	437.651
Transferência de investimentos da controladora	26.1 (ii)	(181.885)	-	-	-	24.074	-	-	-	-	(157.811)
Transferência de investimento – Cisão JSL Holding	26.1 (v)	(4.507)	-	-	-	4.507	-	-	-	-	-
Aumento de capital com investimentos da controladora	26.1 (ii)	157.811	-	-	-	-	-	-	-	-	157.811
Rratificação de ato societário para aumento de capital	26.1 (iii)	15.976	-	-	-	-	-	-	-	-	15.976
Aumento de capital	26.1 (i)	7.460	-	-	-	-	-	-	-	(7.460)	-
Transações com pagamento baseado em ações	26.2.a	-	679	-	-	121	-	-	-	-	800
Aumento de capital com emissão de novas ações	26.1 (iv)	201.340	-	-	-	-	-	-	-	-	201.340
Ágio na subscrição de ações	26.2.b	-	-	22.774	-	-	-	-	-	-	22.774
Mudanças nos investimentos da controladora, líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	(42.641)	-	(42.641)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	80.937	-	11.647	-	92.584
Constituição de reserva legal	26.3.b	-	-	-	4.035	-	(4.035)	-	-	-	-
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	57.738	(57.738)	-	-	-	-
Distribuição de juros sobre capital próprio	26.3.a	-	-	-	-	-	(12.742)	-	-	-	(12.742)
Distribuição de lucros - dividendos mínimos obrigatório	26.3.a	-	-	-	-	-	(6.422)	-	-	-	(6.422)
Saldos em 31 de dezembro de 2017 ⁽¹⁾		499.864	865	22.774	4.035	100.794	-	-	80.988	-	709.320
Mudanças com a aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9	2.19.3	-	-	-	-	(2.694)	-	-	-	-	(2.694)
Saldos ajustados em 1 de janeiro de 2018		499.864	865	22.774	4.035	98.100	-	-	80.988	-	706.626
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	105.893	-	10.381	-	116.274
Resultado de instrumentos financeiros derivativos, líquido de impostos	4.3.2	-	-	-	-	-	-	709	-	-	709
Total de resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos		-	-	-	-	-	105.893	709	10.381	-	116.983
Mudanças nos investimentos da controladora, líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	(29.888)	-	(29.888)
Transferência de investimento – Cisão JSL Holding	26.1 (v)	(17.047)	-	-	-	7.045	-	-	-	-	(10.002)
Ações em tesouraria	1.3.c	-	-	-	(94.193)	-	-	-	-	-	(94.193)
Transações com pagamento baseado em ações	26.2.a	-	560	-	-	-	-	-	-	-	560
Constituição de reserva legal	26.3.b	-	-	-	5.647	-	(5.647)	-	-	-	-
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	53.124	(53.124)	-	-	-	-
Distribuição de juros sobre capital próprio	26.3.a	-	-	-	-	-	(20.000)	-	-	-	(20.000)
Distribuição de lucros - dividendos mínimos obrigatórios	26.3.a	-	-	-	-	-	(27.122)	-	-	-	(27.122)
Saldos em 31 de dezembro de 2018 ⁽¹⁾		482.817	1.425	22.774	(94.193)	9.682	158.269	-	709	61.481	642.964

(1) Os valores de 31 de dezembro de 2018 refletem os impactos da adoção do CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente, sendo que a demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não está sendo reapresentada. Na nota explicativa 2.19.3 estão apresentados os reflexos da adoção do CPC 48 / IFRS 9 e do CPC 47 / IFRS 15.

Grupo VAMOS
Demonstrações dos fluxos de caixa combinadas *carve-out* – Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais

	31/12/2018 (1)	31/12/2017 (1)
	(Reclassificado)	
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	167.090	135.729
Ajustes para:		
Depreciação e amortização (notas 13 e 14)	218.462	124.043
Custo de venda de ativos desmobilizados (nota 11)	97.774	67.903
Provisão para demandas judiciais e administrativas (nota 24.2)	397	1.110
Perdas esperadas (<i>impairment</i>) de contas a receber (nota 7)	9.133	25.470
Baixa de outros ativos imobilizados (nota 13)	9.175	5.635
Provisão (reversão) para perdas em estoque (nota 8.1)	2.338	(86)
Remuneração com base em ações (nota 26.2.a)	560	679
Créditos de impostos extemporâneos (nota 29)	(5.406)	(2.489)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 4.3.2)	(3.805)	-
Ajuste a valor presente de ativos e passivos (nota 30)	(519)	-
Juros e variações monetárias e cambiais sobre risco sacado a pagar – montadoras, empréstimos, financiamentos, arrendamentos financeiros e cessão de direitos creditórios (nota 30)	74.975	57.148
	570.174	415.142
Variações no capital circulante líquido operacional		
Contas a receber	(19.259)	(42.213)
Estoques	(19.138)	3.266
Tributos a recuperar	2.223	5.210
Fornecedores	(30.195)	(41.603)
Floor plan	15.080	(15.206)
Obrigações trabalhistas e tributos a recolher	2.403	(3.330)
Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes	(1.304)	62.466
	(50.190)	(31.410)
Variações no capital circulante líquido operacional	519.984	383.732
Resgates (investimentos) em títulos e valores mobiliários	83.373	(30.014)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(23.887)	(25.791)
Juros pagos sobre risco sacado a pagar – montadoras, empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros	(57.109)	(61.335)
Compra de ativo imobilizado operacional para locação	(190.991)	(102.684)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	331.370	163.908
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Incorporação do caixa de empresa adquirida	-	34.953
Adições ao imobilizado	(3.089)	(3.466)
Adições ao intangível	(1.967)	(102)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de investimento	(5.056)	31.385
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Devolução do investimento da controladora	(29.888)	(42.641)
Pagamento pela aquisição de empresa	(103.622)	(10.056)
Novos empréstimos e financiamentos a pagar	183.288	20.878
Pagamentos empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros	(392.956)	(257.798)
(Pagamento) recebimento cessão de direitos creditórios	(6.649)	30.214
Aumento de capital social	-	113.201
Dividendos e juros sobre capital próprio	(1.193)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(351.020)	(146.202)
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(24.706)	49.091
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	83.311	34.220
No final do exercício	58.605	83.311
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(24.706)	49.091
Principais transações que não afetam o caixa, registradas no balanço		
Captação de arrendamentos financeiros e Finame para aquisição de imobilizado	(301.095)	(120.728)
Recuperação de ações (Ações em tesouraria nota explicativa 1.4)	(94.193)	-

(1) Os valores de 31 de dezembro de 2018 refletem os impactos da adoção do CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente, sendo que a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não está sendo reapresentada. Na nota explicativa 2.19.3 estão apresentados os reflexos da adoção do CPC 48 / IFRS 9 e do CPC 47 / IFRS 15.

Grupo VAMOS
Demonstrações do valor adicionado combinadas *carve-out*
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais

	Nota	31/12/2018 ⁽¹⁾ (Reclassificado)	31/12/2017 ⁽¹⁾
Vendas, locação e prestação de serviços	28	1.100.543	762.050
Perdas esperadas (<i>impairment</i>) de contas a receber	29	(9.133)	(25.470)
Outras receitas operacionais	29	18.549	11.148
		1.109.959	747.728
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos das vendas e prestação de serviços		(463.616)	(279.897)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(22.293)	(24.093)
		(485.909)	(303.990)
Valor adicionado bruto		624.050	443.738
Retenções			
Depreciação e amortização	29	(218.462)	(124.043)
Valor adicionado líquido produzido		405.588	319.695
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	30	17.871	12.032
		17.871	12.032
Valor adicionado total a distribuir		423.459	331.727
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos	29	82.787	52.199
Federais		89.293	75.801
Estaduais		23.908	14.336
Municipais		1.363	4.321
Juros e despesas bancárias	30	84.494	57.253
Aluguéis de caminhões, máquinas e equipamentos	29	12.926	27.540
Aluguéis de imóveis	29	12.414	7.693
Lucros retidos do exercício		116.274	92.584
		423.459	331.727

(1) Os valores de 31 de dezembro de 2018 refletem os impactos da adoção do CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente, sendo que a demonstração do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não está sendo reapresentada. Na nota explicativa 2.19.3 estão apresentados os reflexos da adoção do CPC 48 / IFRS 9 e do CPC 47 / IFRS 15.

Grupo VAMOS
Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas *carve-out*
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. (“Vamos” ou “Companhia”), denominada até 31 de outubro de 2017 como JSL Locação de Máquinas e Veículos Pesados Ltda., é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada na Av. Saraiva, 400, Vila Cintra – Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

A Companhia em conjunto com as entidades controladas descritas na nota explicativa 1.1 e atividades *carve-out*, denominadas “Grupo Vamos” ou “Grupo” atuam nos negócios de locação de caminhões, máquinas e equipamentos, gestão de frotas, comercialização e revenda de caminhões, máquinas e equipamentos novos e seminovos e prestação de serviços de mecânica e funilaria. A Vamos é controlada pela JSL S.A. (“JSL”), que possuía 91% de suas ações em 31 de dezembro de 2017, passando para 99,99% em junho de 2018 como divulgado na nota explicativa 1.3.c.

1.1 Relação de entidades controladas

Segue abaixo lista das controladas de acordo com a estrutura societária da Vamos:

<u>Razão Social</u>	<u>Controlada</u>	<u>País sede</u>	<u>Segmento</u>	<u>% Participação 31/12/2018</u>	<u>% Participação 31/12/2017</u>
Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda. (a)	Direta	Brasil	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos	99,99	99,99
JSL Holding Financeira Ltda. (b)	Direta	Brasil	Serviços financeiros	-	99,99
JSL Arrendamento Mercantil S.A. (c)	Indireta	Brasil	Serviços financeiros	-	99,99
Borgato Caminhões S.A. (d)	Direta	Brasil	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos / Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	99,99	99,99
Borgato Máquinas S.A. (e)	Direta	Brasil	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos / Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	99,99	99,99
Borgato Serviços Agrícolas S.A. (f)	Direta	Brasil	Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	99,99	99,99
ClicCa Atividades de Internet Ltda. (g)	Direta	Brasil	Serviços de internet	99,99	-

a) Transrio Caminhões, Máquinas e Motores Ltda. (“Transrio”)

A Transrio, sociedade empresarial do tipo limitada com capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, localizada na Rodovia Presidente Dutra, 1.450, Vigário Geral, cujo objeto social é o comércio de peças e acessórios novos para veículos automotores, comércio por atacado de ônibus e micro-ônibus novos e usados, administração de consórcios, locação de veículos e serviços de manutenção e reparos de veículos automotores. A Transrio possui vinte filiais situadas nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Tocantins, Rio de Janeiro e Sergipe.

Em 31 de outubro de 2017, a Vamos passou a deter 99,99% das ações dessa controlada.

b) JSL Holding Financeira Ltda. (“JSL Holding”)

A JSL Holding, sociedade empresarial do tipo limitada com capital fechado, com sede em Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, localizada na Av. Saraiva, 400, Brás Cubas, cujo objeto social exclusivo é a participação, como sócia ou acionista, no capital de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”). A JSL Holding não possui filiais e é a controladora da JSL Leasing, com percentual de 99,99% de participação societária.

Em 31 de outubro de 2017, a Vamos passou a deter 99,99% das ações dessa controlada. Em 31 de dezembro de 2018, essa participação foi cindida e entregue para a JSLF1 Participações Ltda. (controlada direta pela JSL), que passou a ser sua controladora direta, conforme divulgado na nota explicativa 1.3.d

c) JSL Arrendamento Mercantil S.A. (“JSL Leasing”)

A JSL Leasing é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Barueri, Estado de São Paulo, localizada na Alameda Xingu, 350, Alphaville Industrial cujo objeto social é o de arrendamento mercantil, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”). A JSL Leasing não possui filiais e é controlada pela JSL Holding.

Em 31 de dezembro de 2018, essa participação junto com da sua controladora (JSL Holding) foi cindida e entregue para a JSLF1 Participações Ltda., que passou a ser sua controladora indireta, conforme divulgado na nota explicativa 1.3.d.

d) Borgato Caminhões S.A. (“Borgato Caminhões”)

A Borgato Caminhões, sociedade anônima de capital fechado, com sede em Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, localizada na Via Anhanguera s/n, Km 303, sentido Norte, Recreio Anhanguera, cujo objeto social é o comércio de caminhões, máquinas e equipamentos utilizados na construção civil, peças, lubrificantes, prestação de serviços de reparos e conservação de veículos e afins, locação de caminhões, implementos rodoviários, ônibus, máquinas e equipamentos utilizados na construção civil e veículos em geral, transporte rodoviário de cargas em geral, comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário, partes e peças, e ainda atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores. A Borgato Caminhões possui três filiais situadas no Estado de São Paulo.

Em 22 de dezembro de 2017, a Vamos concluiu a compra da totalidade do capital social desta empresa, conforme nota explicativa 1.3.a.

No dia 20 de setembro de 2018, a controlada Borgato Caminhões deixou de operar com a bandeira DAF e passou a ser agência de veículos seminovos com a bandeira Vamos.

e) Borgato Máquinas S.A. (“Borgato Máquinas”)

A Borgato Máquinas, sociedade empresarial do tipo anônima com capital fechado, com sede em Morro Agudo, Estado de São Paulo, localizada na Rodovia Genoveva de Carvalho Dias, Km 1,8, Chácara Borgato - Zona Rural, cujo objeto social é o comércio de tratores novos e usados, máquinas e implementos agrícolas, peças e acessórios, lubrificantes, fertilizantes, herbicidas, sementes e atividades agropastoris, comércio de veículos automotores em geral, pneumáticos e câmaras de ar, locação de tratores, máquinas e implementos agrícolas, caminhões, ônibus e veículos em geral e ainda transporte rodoviário de cargas em geral. A Borgato Máquinas possui dezoito filiais situadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.

Em 22 de dezembro de 2017, a Vamos concluiu a compra da totalidade do capital social desta empresa, conforme nota explicativa 1.3.a.

f) Borgato Serviços Agrícolas S.A. (“Borgato Serviços”)

A Borgato Serviços, é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Morro Agudo, Estado de São Paulo, localizada na Rodovia Genoveva de Carvalho Dias, s/n, sala 03, Chácara Borgato - Zona Rural, cujo objeto social é a prestação de serviços agrícolas em todos os segmentos, operação de máquinas agrícolas, tratores e caminhões; prestação de serviços de reparo e conservação de veículos, máquinas e implementos agrícolas, assistência técnicas e afins; locação de tratores, máquinas e implementos agrícolas, implementos rodoviários, caminhões, ônibus e veículos em geral e ainda a locação de máquinas e equipamentos para construção sem operador. A Borgato Serviços possui uma filial situada no Estado de Minas Gerais.

Em 22 de dezembro de 2017, a Vamos concluiu a compra da totalidade do capital social desta empresa, conforme nota explicativa 1.3.a.

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

g) ClicCa Atividades de Internet Ltda. (“ClicCa”)

A ClicCa, é uma sociedade limitada de capital fechado, constituída em 21 de maio de 2018, com participação da Vamos de 99,99% e com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, localizada na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017, 9º andar, Itaim Bibi, cujo objeto social é a intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários, serviços de portais e provedores de conteúdo de internet, serviços de consultoria em tecnologia da informação, podendo ainda, participar de outras sociedades, como sócia ou acionista.

1.2 Demonstrações financeiras combinadas *carve-out*

As demonstrações financeiras combinadas *carve-out* foram elaboradas com o propósito de apresentar as informações contábeis do Grupo Vamos, de forma comparativa entre os períodos apresentados, como se a Companhia tivesse assumido o controle desde 1º de janeiro de 2017, da Transrio e os negócios de locação e comercialização de caminhões, máquinas e equipamentos operados, historicamente, pela controladora JSL S.A., CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. (“CS Brasil” – empresa controlada pela JSL S.A.) e Movida Gestão e Terceirização de Frotas S.A. (“Movida GTF” – empresa controlada indiretamente pela JSL S.A., incorporada pela Movida Participações S.A., controlada direta da JSL S.A.). Para as operações que ainda não foram transferidas da JSL S.A. para o Grupo Vamos, a realização financeira ocorreu diretamente na entidade de origem e para fins de fluxo de caixa estas movimentações financeiras estão consideradas na rubrica de devolução do investimento da controladora.

As demonstrações financeiras combinadas *carve-out* não consolidam o resultado e a posição financeira das controladas JSL Holding e JSL Leasing para o período de 31 de outubro de 2017 a 31 de dezembro de 2018, no qual essas empresas estiveram sob controle do Grupo Vamos. A exclusão efetuada deve-se a uma reorganização societária ocorrida em 31 de dezembro 2018, na qual o controle da JSL Holding e da JSL Leasing foi transferido da Companhia para a JSL S.A.

Portanto, as demonstrações financeiras combinadas *carve-out* estão sendo apresentadas para refletir os saldos patrimoniais, lucro do exercício, outros resultados abrangentes, mudanças no patrimônio líquido e fluxos de caixa do Grupo Vamos, com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades do Grupo Vamos, independentemente da disposição de sua estrutura societária.

As demonstrações financeiras combinadas *carve-out* incluem receitas, custos, bem como os ativos e passivos diretamente atribuíveis ao negócio do Grupo Vamos. Contudo, os valores reconhecidos pelo Grupo Vamos não são necessariamente representativos dos valores que teriam sido refletidos nas demonstrações financeiras caso a Companhia operasse independente dessas partes relacionadas. Assim, não estão sendo apresentadas as demonstrações financeiras individuais ou consolidadas de uma entidade e suas controladas e as informações divulgadas não devem ser consideradas para fins de cálculo de dividendos, de impostos ou para outros fins societários, nem podem ser utilizadas como um indicativo da performance financeira que poderia ser obtida se as entidades consideradas na combinação tivessem operado como uma única entidade independente ou como indicativo dos resultados das operações dessas entidades para o exercício em que as entidades estiveram sob controle comum.

A reconciliação entre as demonstrações financeiras societárias individuais de cada uma das entidades e as demonstrações financeiras combinadas *carve-out* estão apresentadas nos quadros abaixo:

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Empresas	31 de dezembro de 2018				
	Ativos	Patrimônio líquido	Receita líquida	Custos, despesas e impostos	Lucros (prejuízos) líquidos
Vamos - demonstrações individuais	1.746.991	581.483	436.066	(323.129)	112.937
Ativos, passivos e resultado ainda não transferidos (<i>carve-out</i>) (i)	68.043	61.481	42.806	(32.425)	10.381
Eliminações - demonstrações consolidadas (ii)	(358.971)	-	-	(34.056)	(34.056)
Eliminação JSL Holding (<i>carve-out</i>)	-	-	-	(7.045)	(7.045)
Eliminações entre partes relacionadas	(16.667)	-	-	22.090	22.090
Total Vamos + <i>carve-out</i>	1.439.396	642.964	478.872	(374.565)	104.307
Transrio - demonstrações individuais	234.256	131.910	243.611	(233.615)	9.996
Eliminações - demonstrações consolidadas (ii)	-	(131.910)	-	-	-
Eliminações entre partes relacionadas	(181)	-	(769)	-	(769)
Total Transrio	234.075	-	242.842	(233.615)	9.227
Borgato Caminhões - demonstrações individuais	30.237	21.724	59.842	(58.191)	1.651
Borgato Máquinas - demonstrações individuais	337.186	169.078	210.241	(196.604)	13.637
Borgato Serviços - demonstrações individuais	58.938	34.338	22.781	(13.974)	8.807
Eliminações - demonstrações consolidadas (ii)	-	(225.140)	-	-	-
Eliminações entre as Sociedades Borgato	(10.330)	-	(5.153)	5.153	-
Eliminações entre partes relacionadas	(85)	-	(26.135)	4.815	(21.320)
Total Sociedades Borgato	415.946	-	261.576	(258.801)	2.775
Clicca	2.059	1.921	-	(35)	(35)
Eliminações - demonstrações consolidadas	-	(1.921)	-	-	-
Total Clicca	2.059	-	-	(35)	(35)
Total combinado <i>carve-out</i>	2.091.476	642.964	983.290	(867.016)	116.274

Empresas (iii)	31 de dezembro de 2017				
	Ativos	Patrimônio líquido	Receita líquida	Custos, despesas e impostos	Lucros (prejuízos) líquidos
Vamos - demonstrações individuais	1.469.653	694.165	374.344	(293.652)	80.692
Ativos, passivos e resultado ainda não transferidos (<i>carve-out</i>) (i)	101.713	80.988	70.181	(58.534)	11.647
Eliminações - demonstrações consolidadas (ii)	-	-	-	1.852	1.852
Eliminação JSL Holding (<i>carve-out</i>)	(258.919)	-	-	(1.068)	(1.068)
Eliminações entre partes relacionadas	(65.833)	(65.833)	-	342	(296)
Total Vamos + <i>Carve-out</i>	1.246.614	709.320	443.887	(351.060)	92.827
Transrio - demonstrações individuais (ii) (iv)	244.157	152.920	231.211	(231.750)	(539)
Eliminações - demonstrações consolidadas (ii)	-	(152.920)	-	-	-
Eliminações entre partes relacionadas	(1.025)	-	(342)	638	296
Total Transrio	243.132	-	230.869	(231.112)	(243)
Borgato Caminhões - demonstrações individuais	34.739	5.329	-	-	-
Borgato Máquinas - demonstrações individuais	408.127	84.008	-	-	-
Borgato Serviços - demonstrações individuais	61.341	16.662	-	-	-
Eliminações - demonstrações consolidadas (ii)	(14.750)	(105.999)	-	-	-
Total Sociedades Borgato (v)	489.457	-	-	-	-
Total combinado <i>carve-out</i>	1.979.203	709.320	674.756	(582.172)	92.584

- (i) Os saldos de *carve-out* foram baseados nos registros contábeis de centros de custo relacionados às operações de locação de caminhões, máquinas e equipamentos em outras empresas do Grupo JSL. Assim, foram considerados os ativos imobilizados, as despesas de depreciação e os financiamentos atrelados à tais imobilizados, as despesas financeiras relativas aos financiamentos, as receitas e os custos de locação dos ativos imobilizados. Adicionalmente, o imposto de renda e a contribuição social do *carve-out* foram calculados considerando as mesmas bases mencionadas na nota explicativa 2.12;
- (ii) Estas rubricas representam as eliminações decorrentes do processo de consolidação das controladas da Vamos, ou seja, eliminação do investimento da Vamos em contrapartida do patrimônio líquido das controladas e respectivos resultados;
- (iii) Em 31 de outubro de 2017 a Vamos passou a ser a controladora da Transrio e, conforme divulgado no item (v), em 22 de dezembro de 2017 passou a ser a controladora das Sociedades Borgato;
- (iv) O prejuízo registrado para a Transrio no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 539 e durante o período de 01 de novembro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, sob controle da Vamos, o prejuízo foi de R\$ 1.852, conforme resultado de equivalência patrimonial da Vamos; e

Grupo VAMOS
Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas *carve-out*
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (v) Conforme divulgado na nota explicativa 1.3.a, as Sociedades Borgato foram adquiridas em 22 de dezembro de 2017 e foi apurado que o resultado do período compreendido entre a data de aquisição e 31 de dezembro de 2017 não era relevante para ser combinado e apresentado nestas demonstrações financeiras.

Os valores derivados do *carve-out* das operações de locação de caminhões, máquinas e equipamentos foram incorporados nas demonstrações financeiras combinadas *carve-out* nas seguintes rubricas:

	31/12/2018	31/12/2017
Ativo		
Contas a receber	11.665	21.849
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	4.118	6.258
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.829	12.599
Outros ativos	49	88
Imobilizado	36.382	60.919
Total do ativo	68.043	101.713
Passivo		
Fornecedores	71	730
Empréstimos e financiamentos	3.537	14.843
Arrendamentos financeiros a pagar	-	649
Tributos a recolher	-	2.420
Outras contas a pagar	2.954	2.083
Total do passivo	6.562	20.725
Investimento da controladora	61.481	80.988
Total do passivo e investimento da controladora	68.043	101.713
	31/12/2018	31/12/2017
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços	42.806	70.181
Custo das vendas, locações e prestações de serviços	(7.063)	(6.529)
Custo de venda de ativos desmobilizados	(17.404)	(36.412)
(=) Total dos custos das vendas, locações, prestações de serviços e das vendas de ativos desmobilizados	(24.467)	(42.941)
(=) Lucro bruto	18.339	27.240
Despesas administrativas	(3.271)	(10.405)
Outras receitas operacionais, líquidas	-	531
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro	15.068	17.366
Receitas financeiras	687	1.139
Despesas financeiras	(290)	-
(=) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	15.465	18.505
Imposto de renda e contribuição social – corrente	(8.314)	(14.721)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	3.230	7.863
(=) Total do imposto de renda e da contribuição social	(5.084)	(6.858)
(=) Lucro líquido do exercício	10.381	11.647

1.3 Movimentações societárias

Movimentações ocorridas durante o exercício de 2017

a) Aquisição das Sociedades Borgato

Em 22 de dezembro de 2017, a Vamos concluiu a aquisição da totalidade do capital social da Borgato Maquinas, Borgato Serviços, Borgato Caminhões (em conjunto denominadas "Sociedades Borgato"). Esta aquisição está em linha com a estratégia de crescimento da Vamos no segmento de locação e comercialização de caminhões, máquinas e equipamentos, esperando assim uma sinergia com seu atual portfólio.

Grupo VAMOS
Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas *carve-out*
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor da transação foi de R\$ 224.116, pago conforme demonstrado abaixo:

	Valores da contraprestação
Depósito em garantia (“Escrow”) (i)	20.000
Valor a pagar em parcelas (ii)	93.203
Valor pago com ações da Controladora (iii)	110.913
Preço total (contraprestação), conforme contrato	224.116

- (i) O montante de R\$ 20.000 ficará retido pelo prazo de cinco anos como garantia de eventuais contingências (“Escrow”) e está registrado em “Obrigações a pagar por aquisição de empresas”;
- (ii) O referido valor está registrado em “Obrigações a pagar por aquisição de empresas” a ser pago em 58 parcelas até agosto de 2022, sendo que do total a pagar, apenas R\$ 50.000 serão atualizados com base em 100% do CDI; e
- (iii) O valor justo dos instrumentos patrimoniais emitidos (ações ordinárias) foi avaliado utilizando a metodologia de rentabilidade futura, que se baseia na projeção e fluxos de caixa descontados de um período de cinco anos, o qual está suportado por laudo de avaliação. Para este montante foram emitidas 31.937 mil ações ordinárias, conforme nota explicativa 26.1 (iv).

Em conformidade com o CPC 15 / IFRS 3 – Combinação de Negócios, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos para efeito de determinação da alocação do preço pago na aquisição está demonstrado a seguir:

	Valor contábil	Ajuste de valor justo	Valor justo na data da aquisição
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	34.953	-	34.953
Contas a receber	49.264	-	49.264
Estoques	48.730	-	48.730
Imobilizado	280.264	4.171	284.435
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	19.311	(1.513)	17.798
Carteira de clientes	-	25.900	25.900
Acordo de não competição	-	2.300	2.300
Marca	-	4.300	4.300
Outros ativos	55.570	-	55.570
Total do ativo	488.092	35.158	523.250
Passivo			
Fornecedores	48.168	-	48.168
Empréstimos e financiamentos	292.949	-	292.949
Arrendamentos financeiros a pagar	9.282	-	9.282
Demais passivos	31.694	-	31.694
Total do passivo	382.093	-	382.093
Total do ativo líquido			141.157
Valor justo da contraprestação paga			224.116
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>)			(82.959)

O ajuste a valor justo no montante de R\$ 35.158 é composto por R\$ 2.658 decorrente de ajuste a valor justo do ativo imobilizado menos ativo imobilizado disponibilizado para venda e R\$ 32.500 de ativos intangíveis líquidos identificados e alocados como carteira de clientes, acordo de não competição e marca. O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) gerado na operação é de R\$ 82.959.

Esta combinação de negócios não contribuiu para o resultado do Grupo Vamos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, pois, como mencionado acima, a aquisição foi concluída em 22 de dezembro de 2017. Se a aquisição das Sociedades Borgato tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2017, as receitas líquidas combinadas *carve-out* para este ano seriam aumentadas em R\$ 258.613 e o lucro líquido combinado *carve-out* do exercício seria aumentado em R\$ 5.131.

(i) Mensuração de valor justo

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

Ativos adquiridos	Técnica de avaliação
Imobilizado	Técnica de comparação de mercado e técnica de custo: o modelo de avaliação considera os preços de mercado para itens semelhantes, quando disponível, e o custo de reposição depreciado, quando apropriado. O custo de reposição depreciado reflete ajustes de deterioração física, bem como a obsolescência funcional e econômica.
Intangível	Método <i>relief-from-royalty</i> e método <i>multi-period excess earnings</i> : o método <i>relief-from-royalty</i> considera os pagamentos descontados de royalties estimados que deverão ser evitados como resultado das patentes ou marcas adquiridas. O método <i>multi-period excess earnings</i> considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados pelas relações com clientes, excluindo qualquer fluxo de caixa relacionado com ativos contributórios.
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	Técnica de comparação de mercado: o valor justo é determinado com base no preço estimado de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e venda e numa margem de lucro razoável com base no esforço necessário para concluir e vender os ativos desmobilizados.
Valor pago com ações da Controladora	Método de rentabilidade futura, baseado em projeções de cinco anos (15,4% de taxa de crescimento média para EBITDA e 4,0% na perpetuidade) e fluxos de caixa descontados (WACC de 13,6%), é suportado por um relatório de avaliação.

(ii) Custo aquisição

A Vamos incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R\$ 434 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e os custos de *due diligence* foram registrados como 'Despesas administrativas' na demonstração de resultado.

Movimentações ocorridas durante o exercício de 2018

b) Redução de capital social da Transrio

Em 09 de Março de 2018, foi aprovada em ata de reunião dos sócios, a redução de capital social da sua controlada Transrio, no montante de R\$ 65.964. A publicação da ata ocorreu em 19 de maio de 2018, sendo que a efetiva redução foi efetuada em 01 de agosto de 2018, passando o capital social da Transrio de R\$ 181.885 para R\$ 115.921.

c) Recompra de ações Sociedades Borgato

Conforme mencionado na nota 1.3.a acima, em 22 de dezembro de 2017, a Companhia concluiu a aquisição da totalidade do capital social das Sociedades Borgato. A contraprestação pela participação adquirida foi composta por uma parte a pagar em dinheiro de forma parcelada, garantida em conta "Escrow", e outra parte paga com 9% de participação com ações da Vamos.

Grupo VAMOS**Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas *carve-out*****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017***Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma*

Em 08 de junho de 2018 a Companhia, em conjunto com a JSL S.A., firmou contrato de compra e venda com os antigos sócios das Sociedades Borgato para recompra das ações representando os 9% de sua participação na Vamos pelo valor de R\$ 115.000. O valor foi pago da seguinte forma: (i) uma parcela de R\$ 20.807 em que a JSL S.A. entregou 3.037.500 ações suas e aumentou sua participação na Vamos de 91% para 99.99%; (ii) a Vamos recomprou o restante das ações pelo valor de R\$ 94.193, registradas como ações em tesouraria, sendo pagos em ações da Movida Participações S.A., no valor de R\$ 26.067, adquiridas da JSL S.A. e entregue aos antigos sócios da Sociedade Borgato, contabilizado na rubrica partes relacionadas e R\$ 68.126 (R\$ 66.631 ajustado a valor presente) a pagar em parcelas anuais, iniciando em janeiro de 2019 até 2021, corrigidas pelo CDI, registrado na rubrica obrigações a pagar por aquisição de empresas.

Ainda como parte da negociação, foram pagas, até 11 de junho de 2018, as obrigações por aquisições de empresas no valor de R\$ 103.622 (R\$ 103.147 a pagar em 31 de dezembro de 2017), referente a combinação de negócios de 22 de dezembro de 2017.

d) Cisão da JSL Holding

Em 31 de dezembro de 2018, os acionistas aprovaram a cisão parcial da Companhia com a redução do capital no valor de R\$ 82.879 referente ao acervo líquido contábil composto pelo investimento na JSL Holding. Dessa forma, o capital social da Companhia, que era de R\$ 565.696 passa a ser de R\$ 482.817. As operações da JSL Holding eram geridas pela Controladora e foram transferidas para a JSLF1 participações Ltda. (controlada direta pela JSL).

O objetivo dessa cisão foi focar o portfólio de serviços e produtos da Vamos em locação e venda de caminhões, máquinas e equipamentos.

O efeito da alienação sobre a posição financeira da Vamos em 31 de dezembro de 2018 e os saldos consolidados das operações da JSL Holding em 31 de dezembro de 2017 que não integram estas demonstrações financeiras combinadas *carve-out*, estão demonstrados a seguir:

Ativo	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	21.921	33.737
Títulos e valores mobiliários	77.144	17.036
Contas a receber	101.071	74.433
Imposto de renda e contribuição social diferidos	94	1.708
Imobilizado	1.392	2.024
Intangível	3.746	3.744
Outros ativos	2.128	887
Total do ativo	207.496	133.569
Passivo		
Cartões de crédito a pagar	23.116	42.586
Letras de arrendamento mercantil	83.474	16.020
Tributos a recolher	2.860	947
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	825
Outras contas a pagar	15.167	6.548
Total do passivo	124.617	67.736
Patrimônio líquido	82.879	65.833
Total do passivo e patrimônio líquido	207.496	133.569

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.4 Situação financeira e planos da Administração

As demonstrações financeiras combinadas *carve-out* foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Grupo Vamos conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos e financiamentos e obrigações a pagar por aquisição de empresas, conforme os prazos divulgados na Nota 4.3.c.

O Grupo Vamos reconheceu um lucro líquido de R\$116.274 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 92.584 em 31 de dezembro de 2017) e, nessa data, o passivo circulante excede o ativo circulante em R\$ 62.091 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 16.015 em 31 de dezembro de 2017), devido a decisão dos acionistas e da Administração do Grupo de investir em suas operações com locação de caminhões, máquinas e equipamentos, principalmente na ampliação e renovação da frota operacional. A característica de uma operação de locação de caminhões, máquinas e equipamentos é a geração de caixa por meio de locação de bens do ativo imobilizado, com baixo investimento em capital de giro, conseqüentemente no ativo circulante.

A Administração acredita que o pagamento das suas obrigações ocorrerá conforme planejado e está confiante que a geração de caixa operacional será suficiente para atender as obrigações de pagamento nessa data. A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com captações alternativas de recursos, como emissão de títulos em oferta privada. A Administração tem acesso a investidores e planos de aumento de capital, se for necessário.

Portanto, a Administração tem uma expectativa razoável de que o Grupo Vamos terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível e, portanto, com base no seu julgamento, concluiu que a incerteza remanescente não é material.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras combinadas *carve-out* e principais práticas contábeis adotadas

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas *International Financial Reporting Standards* – IFRS e às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC)

As demonstrações financeiras combinadas *carve-out* foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Estas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração da sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada e autorizada pela Diretoria em 25 de fevereiro de 2019.

2.2 Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas.

As normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência pelas “IFRS”, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*.

2.3 Base de combinação

a) Combinação de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos.

b) Combinação de negócios sob controle comum

Combinações de negócios envolvendo entidades ou negócios sob controle comum são combinações de negócios nas quais as entidades ou negócios são controlados pela mesma parte antes e após a combinação de negócios, e o seu controle não é transitório.

A Companhia optou por apresentar combinação de negócios sob controle comum aplicando o seu valor patrimonial nas demonstrações financeiras da entidade transferida no reconhecimento dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

Conforme divulgado na nota explicativa 1.2, as demonstrações financeiras estão apresentadas como se a combinação de negócios sob controle comum tivesse ocorrido em 1 de janeiro de 2016 para refletir o lucro do exercício, outros resultados abrangentes, mudanças no patrimônio líquido e fluxos de caixa do Grupo Vamos, com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades do Grupo Vamos, independentemente da disposição de sua estrutura societária.

Todas as práticas contábeis de combinação de demonstrações financeiras foram aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras, conforme divulgado na nota explicativa 1.2, incluindo, mas não se limitando, à eliminação das transações entre as entidades combinadas.

c) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo Vamos obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

d) Transações eliminadas na combinação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo Vamos são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Grupo Vamos atua ("a moeda funcional").

As demonstrações financeiras combinadas *carve-out* estão apresentadas em R\$ (Reais), que é a moeda funcional do Grupo Vamos e, também, a moeda funcional das demais entidades combinadas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Instrumentos financeiros

2.5.1. Ativos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração

As contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo Vamos se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

b) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos Financeiros – Política aplicável a partir de 1º de Janeiro de 2018

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo Vamos mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos, conforme divulgado na nota explicativa 4.3.2. No reconhecimento inicial, o Grupo Vamos pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. No entanto, veja a nota explicativa 4.3.2 para derivativos designados como instrumentos de <i>hedge</i> .
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativos financeiros - Política aplicável antes de 1 de janeiro de 2018

O Grupo Vamos classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- empréstimos e recebíveis;
- ativos financeiros mantidos até o vencimento; e
- ativos financeiro mensurados pelo valor justo por meio do resultado: designados a valor por meio do resultado, no momento inicial.

Empréstimos e recebíveis	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
Ativos financeiros a VJR	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros, foram reconhecidas no resultado.

c) Desreconhecimento

O Grupo Vamos desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo Vamos transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo Vamos nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

2.5.2 Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

a) Desreconhecimento

O Grupo Vamos desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo Vamos também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

2.5.3 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo Vamos tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5.4 Instrumentos derivativos e contabilidade de *hedge*

Instrumentos Financeiros – Política aplicável a partir de 1º de Janeiro de 2018

No início das relações de *hedge* designadas, o Grupo Vamos documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. O Grupo Vamos também documenta a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente.

a) *Hedges* de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em outros resultados abrangentes limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

O Grupo Vamos designa apenas as variações no valor justo do elemento *spot* dos contratos de câmbio a termo como instrumento de *hedge* nas relações de *hedge* de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio (*'forward points'*) é contabilizada separadamente como custo de *hedge* e reconhecida em uma reserva de custos de *hedge* no patrimônio líquido.

O valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de *hedge* permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros *hedges* de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são imediatamente reclassificados para o resultado.

O Grupo Vamos não possuía instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge* antes de 1º de janeiro de 2018.

2.5.5 Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros.

Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

O Grupo Vamos reconhece provisões para perdas esperadas de créditos sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

O Grupo Vamos mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo Vamos utiliza uma “matriz de provisão” simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, segundo a qual o montante das perdas esperadas é definido de modo “*ad hoc*”. A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitorados. Esses fatores qualitativos são monitorados mensalmente por um comitê, denominado comitê de crédito e cobrança. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revistos a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais.

Para as perdas de crédito esperadas associadas aos títulos e valores mobiliários classificados ao custo amortizado, a metodologia de *impairment* aplicada depende do aumento significativo do risco de crédito da contraparte. Na nota explicativa 4.3.a é detalhado como o Grupo Vamos determina se houve um aumento significativo no risco de crédito.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo Vamos não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido após 12 ou 24 meses com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. O Grupo Vamos não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo Vamos para a recuperação dos valores devidos.

Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, o Grupo Vamos avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se o Grupo Vamos concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida, não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de créditos futuros esperadas e ainda não ocorridas). Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, à perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

2.6 Mensuração ao valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo.

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros veja nota explicativa 2.18.2.

Quando disponível, o Grupo Vamos mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

2.7 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

A provisão de materiais de baixo giro é efetuada com base na quantidade existente em estoque, valor e consumo médio dos materiais, conforme as premissas da política de baixo giro do Grupo Vamos, a qual orienta a constituição de 100% sobre o valor do item do estoque sem movimentação há mais de 12 (doze) meses.

2.8 Ativo imobilizado disponibilizado para venda (Renovação de frota)

Para atendimento dos seus contratos de prestação de serviços, o Grupo Vamos renova constantemente sua frota. Os veículos, as máquinas e os equipamentos disponibilizados para substituição são reclassificados da rubrica imobilizado para "Ativo imobilizado disponibilizado para venda".

Os valores são apresentados pelo menor valor entre o saldo líquido contábil, que é o resultado do valor de aquisição menos a depreciação acumulada até a data em que os bens foram disponibilizados para venda, e os seus valores justos deduzidos dos custos estimados para vendê-los. Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e, em sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável.

Conforme a demanda, como em períodos de alta sazonalidade, os veículos, máquinas e equipamentos podem novamente ser direcionados para utilização nas operações. Quando isso ocorre, os bens retornam para a base de ativo imobilizado e a depreciação respectiva volta a ser contabilizada.

2.9 Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

b) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

c) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Desta forma, as taxas de depreciação variam de acordo com a data em que o bem foi comprado, o tipo do bem comprado, o valor pago e a data e valor estimado de venda (método de depreciação por uso e venda). A depreciação de veículos, máquinas e equipamentos compõe o custo da prestação de serviços e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa.

As vidas úteis dos bens para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão demonstradas na nota explicativa 13.

O Grupo Vamos adota o procedimento de revisar periodicamente as estimativas do valor de mercado esperado no final da vida útil contábil de seus ativos imobilizados, e, revisa periodicamente as estimativas de sua vida útil contábil, utilizadas para a determinação das respectivas taxas de depreciação.

2.10 Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato de arrendamento está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

a) Grupo Vamos como arrendatário

Arrendamentos mercantis financeiros, que transferem ao Grupo basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Os bens arrendados são depreciados ao longo da vida útil estimada pelo Grupo.

Os pagamentos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado, de forma linear ao longo do prazo do arrendamento.

b) Grupo Vamos como arrendador

Arrendamentos para os quais o Grupo Vamos transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo são considerados uma venda, com a baixa do item relacionado e reconhecimento da receita financeira pelo prazo do contrato.

Arrendamentos para os quais o Grupo Vamos não transfere substancialmente os riscos e benefícios da posse do ativo são considerados arrendamentos operacionais, sendo as receitas registradas de forma semelhante a uma receita de aluguel, de forma linear, segundo o prazo contratual.

2.11 Intangível

2.11.1 Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida, fundamentados em expectativa de rentabilidade futura, vinculados a combinação de negócios do Grupo Vamos.

O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras combinadas *carve-out* e é mensurado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Os testes para refletir perdas de *impairment* são realizados anualmente, e as eventuais perdas identificadas são reconhecidas no resultado do exercício e não mais podem ser revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de um negócio incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

Para fins de teste de *impairment*, o ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs"), que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

2.11.2 Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para sua aquisição e implantação. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

As vidas úteis dos bens para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão demonstradas na nota explicativa 14.

2.11.3 Fundo de comércio

O fundo de comércio são valores pagos para aquisição de direitos territoriais de exploração de venda de caminhões, máquinas e equipamentos, das marcas Valtra e MAN. São direitos com prazos de vigência indeterminados, e por isso não são amortizados mas são anualmente testados para perda de seu valor recuperável (*impairment*), conforme descrito na nota explicativa 14.1.

2.11.4 Acordo de não competição e carteira de clientes

Quando adquiridos em combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição. As cláusulas de relacionamento / carteira de clientes e acordos de não competição têm vida útil definida e os valores são mensurados pelo custo, menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear sobre a vida útil estimada, conforme descrito na nota explicativa 14.

2.11.5 Marcas e patentes

As marcas quando adquiridas em combinação de negócios são reconhecidas como ativo intangível ao valor justo na data de aquisição. Por ter vida útil indefinida, esses ativos não são amortizados e anualmente é realizado teste para perda de seu valor recuperável (*impairment*).

2.11.6 Amortização e testes de perda de valor recuperável (*impairment*)

A vida do ativo intangível pode ser definida ou indefinida. Quando se trata de vida definida o valor do ativo é amortizado conforme prazos estimados da vida do ativo. As vidas úteis estão divulgadas na nota explicativa 14.

Os ativos sem prazo de vida útil definida não são amortizados, mas são testados anualmente ou com maior frequência quando houver indicação de que poderá apresentar redução ao seu valor recuperável. (*impairment*) individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, e as eventuais perdas identificadas são reconhecidas no resultado do exercício e não mais podem ser revertidas.

As premissas e metodologias para realizar os testes de *impairment* dos ativos intangíveis sem vida útil definida, estão divulgados na nota explicativa 14.2.

2.12 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (“IRPJ e CSLL”)

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, corrente e diferido, é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo Vamos nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal.

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Em uma combinação de negócios, a legislação tributária permite a dedutibilidade do ágio e do valor justo do ativo líquido gerado na data de aquisição quando uma ação não-substancial é tomada após a aquisição, por exemplo, o Grupo Vamos faz uma incorporação ou cisão dos negócios adquiridos e, portanto, as bases fiscais e contábeis dos ativos líquidos adquiridos são as mesmas da data de aquisição. Neste sentido, como o Grupo Vamos incorporará a adquirida, haverá a dedutibilidade da amortização e depreciação dos ativos adquiridos, nenhum imposto de renda diferido é registrado nas demonstrações financeiras combinadas *carve-out* na data da aquisição.

2.13 Provisões

2.13.1 Geral

Provisões são reconhecidas quando o Grupo Vamos tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Estas são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Quando o Grupo Vamos espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.13.2 Provisão para demandas judiciais e administrativas

O Grupo Vamos é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência / obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.14 Receitas de contratos com clientes

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo Vamos reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

As informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, estão descritas abaixo:

2.14.1 Receita de vendas de veículos e peças

a) Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativos

Os clientes obtêm controle dos veículos novos e seminovos, peças e acessórios quando os produtos são entregues. As faturas são emitidas naquele momento e são liquidadas por meio de débito em conta, boleto e cartão de crédito.

b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 / IFRS 15 (aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018)

A receita de veículos novos, peças e acessórios é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos cliente.

Os contratos de vendas de veículos seminovos, devem contemplar garantia de motor e caixa de marcha por 3 meses subsequentes à venda. Para os contratos que possuem garantia de motor e caixa de marcha, a receita é reconhecida na medida que é altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita não ocorrerá. Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustada para as devoluções esperadas quando aplicável.

O direito de recuperar os produtos a serem devolvidos é mensurado ao valor contábil original do estoque, menos os custos esperados de recuperação e os produtos devolvidos são incluídos em estoque.

c) Reconhecimento da receita conforme o CPC 30 / IAS 18 (aplicável antes de 1º de janeiro de 2018)

A receita operacional de venda de veículos e peças era reconhecida quando existia evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens eram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias poderiam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com as mercadorias vendidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios poderia ser de duas formas dependendo das condições individuais de cada contrato de venda: 1) para as vendas de estoques, a transferência normalmente ocorria quando a mercadoria era entregue no estabelecimento do cliente; ou 2) quando era retirado pelo cliente nas dependências do Grupo Vamos após assinatura no *checklist* de entrega.

2.14.2 Receita de locação e prestação de serviços

a) Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamentos significativos

O Grupo Vamos loca frota de caminhões para transporte de cargas (leves e pesadas), máquinas e equipamentos agrícolas. O Grupo Vamos presta serviços de assistências técnicas para os veículos novos e seminovos vendidos.

As faturas para locação são emitidas no mês subsequente a prestação dos serviços e as faturas para assistência técnica são emitidas após a conclusão dos serviços prestados.

b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 / IFRS 15 (aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018)

A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme a utilização do caminhão, máquina e / ou equipamento ou prestação de serviço. O valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base no tempo de utilização do ativo pelo cliente ou conforme os serviços são prestados.

c) Reconhecimento da receita conforme o CPC 30 / IAS 18 (aplicável antes de 1º de janeiro de 2018)

A receita operacional decorrente da locação de caminhões, máquinas e equipamentos era reconhecida no resultado, tomando por base a proporção dos serviços prestados até a data do balanço.

A receita operacional de prestação de serviços era reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos de prestação de serviços celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos serviços. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita era reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas pudessem ser recuperadas.

2.14.3 Receita de venda de ativos desmobilizados

a) Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativos

Após o término do contrato de locação com seus clientes, o Grupo Vamos desmobiliza e vende os veículos, máquinas e equipamentos por meio das lojas de seminovos e rede de concessionárias do Grupo Vamos.

Os clientes obtêm controle dos veículos desmobilizados quando os produtos são entregues. As faturas são emitidas naquele momento e são liquidadas por meio de débito em conta, boleto e cartão de crédito.

b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 / IFRS 15 (aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018)

A receita de veículos, máquinas e equipamentos desmobilizados é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes.

c) Reconhecimento da receita conforme o CPC 30 / IAS 18 (aplicável antes de 1º de janeiro de 2018)

A receita de venda de ativo era reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo eram transferidos ao comprador, o que geralmente ocorria na sua entrega.

2.15 Benefícios a empregados

2.15.1 Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo Vamos tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa se estimada de maneira confiável.

2.15.2 Pagamento baseado em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*).

2.16 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia do Conselho de Administração, Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.17 Capital social

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 / IAS 12 – Tributos sobre o Lucro.

2.18 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, o Grupo Vamos utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.18.1. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- a) Combinação e *carve-out*. determinação de quais as empresas e atividades que representam a totalidade das atividades do Grupo Vamos, independentemente da disposição de sua estrutura societária – nota explicativa 1.2;

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- b) Arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento – nota explicativa 19;
- c) Classificação de arrendamento mercantil – nota explicativa 31;
- d) Receita de contratos com clientes: se a receita de locação e prestação de serviços é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico de tempo – nota explicativa 2.14.

2.18.2. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2019 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- a) Imobilizado (premissas em relação à definição do valor residual e da vida útil) – nota explicativa 13;
- b) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis – *impairment* (principais premissas em relação aos valores recuperáveis) – nota explicativa 14.2;
- c) Perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber (principais premissas em relação aos valores recuperáveis) – nota explicativa 7;
- d) Imposto de renda e contribuição social diferidos (recuperabilidade futura e período de realização) – nota explicativa 23;
- e) Provisão para demandas judiciais e administrativas (principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos) – nota explicativa 24.2.

2.19 Mudanças nas principais políticas contábeis

O Grupo Vamos aplicou inicialmente o CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, contudo, sem efeito material nas demonstrações financeiras do Grupo Vamos. Dessa forma, os saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 estão sendo apresentados com os respectivos reflexos contábeis dessa adoção.

2.19.1 CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida e por quanto essa receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30 / IAS 18 - Receitas e interpretações relacionadas.

O Grupo Vamos adotou o CPC 47 / IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo (sem expediente práticos), com efeito de adoção inicial da norma reconhecida na data da aplicação inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). A adoção do CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente não gerou impactos significativos no balanço patrimonial e no resultado do Grupo Vamos.

De acordo com o CPC 47 / IFRS 15, a receita é reconhecida quando um cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle – em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo – requer julgamento. A adoção deste pronunciamento resultou na seguinte principal mudança das políticas contábeis:

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Item	Natureza, satisfação de desempenho e condições de pagamento significativos	Natureza da mudança na política contábil
Capitalização dos custos incrementais para obtenção de contrato.	<p>O Grupo Vamos possui custos com comissão de vendas, em consequência dos contratos com clientes.</p> <p>Atualmente, o Grupo Vamos tem como prática reconhecer os custos relacionados à obtenção de contrato no momento em que eles são incorridos.</p>	<p>O CPC 47 / IFRS 15 define custos incrementais como custos em que a entidade incorre para obter o contrato com o cliente que ela não teria incorrido, se o contrato não tivesse sido obtido e orienta que tais custos deverão ser ativados quando forem recuperáveis, seja de forma direta ou indireta.</p> <p>Dessa forma o Grupo reconhecerá estes gastos como um ativo de contrato, já que a recuperação das despesas é esperada. O saldo capitalizado será amortizado ao longo do período de transferência dos bens e serviços ao cliente. Da mesma forma, certos custos de cumprimento do contrato, que eram contabilizados quando incorridos, serão capitalizados e diferidos na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que são satisfeitas ao longo do tempo.</p>

2.19.2 CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Em 1º de janeiro de 2018, o Grupo Vamos adotou a aplicação inicial da nova norma contábil CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. As mudanças nas políticas e ajustes contábeis decorrentes da adoção inicial foram realizados de forma prospectiva (efeitos apresentados no patrimônio líquido).

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis do Grupo relacionadas a passivos financeiros.

As políticas contábeis aplicáveis ao reconhecimento, mensuração e baixa dos ativos e passivos financeiros e contabilidade de *hedge* estão divulgadas na nota 2.5.

Grupo VAMOS
Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas *carve-out*
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Reclassificação dos instrumentos financeiros

O Grupo realizou uma análise detalhada sobre os modelos de negócios utilizados para o gerenciamento dos ativos financeiros e características dos fluxos de caixa contratuais na data da adoção inicial e classificou seus instrumentos financeiros de acordo com a categoria apropriada da CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 / IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 / IFRS 9 para cada classe de ativos financeiros do Grupo em 1º de janeiro de 2018. Não houve alteração da categoria de 'outros passivos financeiros' para os passivos financeiros do Grupo Vamos.

	31 de dezembro de 2017 – CPC 38 / IAS 39				1º de Janeiro de 2018 - CPC 48 / IFRS 9		
	Ativo ao valor justo por meio do resultado (i)	Mantidos até o vencimento (iii)	Empréstimos e recebíveis (ii)	Total	Ativo ao valor justo por meio do resultado (i)	Custo amortizado	Total
Ativos financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa	79.698	-	3.613	83.311	79.698	3.613	83.311
Títulos e valores mobiliários	87.042	4.378	-	91.420	87.042	4.378	91.420
Contas a receber	-	-	174.966	174.966	-	174.966	174.966
Fundos para capitalização de concessionárias	-	-	19.935	19.935	-	19.935	19.935
Outros créditos	-	-	8.084	8.084	-	8.084	8.084
Total	166.740	4.378	206.598	377.716	166.740	210.976	377.716

(i) Manutenção na categoria de ativo ao valor justo por meio do resultado (VJR)

As aplicações em fundos de investimentos alocadas em caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários que estavam classificados como ativos ao valor justo por meio do resultado permanecem nessa categoria. Esses instrumentos financeiros foram designados como mensurado a VJR porque eram administrados com base no seu valor justo e seu desempenho era monitorado nessa base. Estes ativos foram classificados obrigatoriamente como mensurados a VJR conforme o CPC 48 / IFRS 9.

(ii) Reclassificação de empréstimos e recebíveis para custo amortizado

Os saldos de caixa e bancos, contas a receber, partes relacionadas, fundos para capitalização de concessionárias e outros créditos que anteriormente eram classificados como instrumentos financeiros "empréstimos e recebíveis", e conseqüentemente, mensurados pela taxa efetiva de juros, foram avaliados de acordo com a nova norma IFRS 9 / CPC 48, e classificados como custo amortizado.

(iii) Reclassificação de mantidos até o vencimento para custo amortizado

As outras aplicações financeiras que anteriormente estavam classificados como "mantidos até o vencimento", agora são classificados pelo custo amortizado. O Grupo pretende manter os ativos até o vencimento para receber os fluxos de caixa contratuais e esses fluxos de caixa consistem apenas de pagamentos de principal e juros sobre o valor em aberto.

Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 substituiu o modelo de "perda incorrida" do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38 / IAS 39.

Grupo VAMOS**Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas *carve-out*****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017***Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma*

O novo modelo de redução ao valor recuperável possui duas abordagens, na qual a provisão é mensurada de acordo com as perdas esperadas para 12 (doze) meses ou perdas esperadas para vida inteira do ativo financeiro. A base de provisão dependerá da análise do risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Para recebíveis comerciais e ativos contratuais que resultam em transações no escopo da CPC 47 / IFRS 15 e que não possuam um componente significativo de financiamento, o CPC 48 / IFRS 9 permite como expediente prático, a aplicação de um modelo simplificado, no qual as perdas esperadas são reconhecidas pela vida inteira do ativo financeiro.

As políticas contábeis aplicáveis ao *impairment* de ativos financeiros não derivativos estão divulgadas na nota 2.5.

2.19.3 Apresentação dos efeitos calculados relacionados à aplicação dos novos pronunciamentos

A adoção da CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente não gerou impactos significativos no balanço patrimonial e nas demonstrações dos resultados do Grupo Vamos, já o efeito da adoção da CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018, com impactos no balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2018, estão apresentados a seguir:

	Divulgado 31/12/2017	Ajustes calculados CPC 48 / IFRS 9	Valor calculado para 01/01/2018
Ativos			
Contas a receber	213.328	-	213.328
(-) Perdas esperadas (<i>impairment</i>) de contas a receber	(59.248)	(4.081)	(63.329)
Despesas antecipadas	3.878	-	3.878
Outros Ativos circulantes	327.762	-	327.762
Total dos ativos circulantes	485.720	(4.081)	481.639
Contas a receber	20.886	-	20.886
Outros ativos não circulantes	1.472.597	-	1.472.597
Total dos ativos não circulantes	1.493.483	-	1.493.483
Total dos ativos	1.979.203	(4.081)	1.975.122
Passivo			
Outros passivos circulantes	501.735	-	501.735
Total do passivo circulante	501.735	-	501.735
Imposto de renda e contribuição social diferidos	104.337	(1.387)	102.950
Outros passivos não circulantes	663.811	-	663.811
Total do passivo não circulante	768.148	(1.387)	766.761
Patrimônio líquido			
Capital social	499.864	-	499.864
Reserva de capital	23.639	-	23.639
Reserva de lucros	104.920	(2.694)	102.135
Investimento da controlada	80.988	-	80.988
Total do patrimônio líquido	709.320	(2.694)	706.626
Total do passivo e patrimônio líquido	1.979.203	(4.081)	1.975.122

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.20 Novas normas que ainda não estão em vigor

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo Comitê pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). Entre as normas que ainda não estão em vigor, espera-se que o CPC 06 (R2) / IFRS 16 tenha um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo no período de aplicação inicial.

2.20.1 CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil

O Grupo deverá adotar o CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019.

O Grupo avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 terá sobre as demonstrações financeiras combinadas *carve-out*, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque:

- ✓ o Grupo não finalizou o teste e a avaliação dos controles sobre os novos sistemas de TI; e
- ✓ as novas políticas contábeis e os aspectos fiscais estão sujeitos à mudanças até que o Grupo apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial.

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 / IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 / IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

2.20.1.1 Arrendamentos em que o Grupo é arrendatário

O Grupo Vamos reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais de lojas (veja a nota explicativa 31.1). A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos mudará porque o Grupo Vamos reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e uma despesa de juros sobre obrigações de arrendamento

Com base nas informações atualmente disponíveis, O Grupo Vamos espera os seguintes efeitos significativos com a adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16:

- ✓ reconhecimento de passivos adicionais variando de R\$ 43.119 a R\$ 89.715, em contrapartida ao reconhecimento de ativos de direito de uso. Os montantes refletem o valor presente dos pagamentos remanescentes dos arrendamentos operacionais existentes;
- ✓ adoção de isenção de reconhecimento para contratos de curto prazo e baixo valor, os quais as despesas estimadas para o próximo trimestre são de R\$ 158 e R\$ 2.820, respectivamente.

O Grupo espera que a adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*) de limite máximo de alavancagem em empréstimos descritos na nota explicativa 18.2.

2.20.1.2 Arrendamentos em que o Grupo é arrendador

O Grupo avaliou seus arrendamentos na qualidade de arrendador e não espera impactos significativos em suas demonstrações financeiras combinadas *carve-out*. Nossas análises continuarão considerando a distinção entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

2.20.1.3 Transição

O Grupo pretende adotar o critério de transição utilizando a abordagem retrospectiva modificada simplificada, ou seja, aplicando os requerimentos da norma de arrendamento mercantil a todos os seus contratos existentes na data de aplicação inicial, em 1º de janeiro de 2019. Assim, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 será reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

Em suas estimativas do impacto da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16, o Grupo Vamos utilizou os seguintes expedientes práticos quando da mensuração inicial de seus arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional:

- ✓ aplicar taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como os arrendamentos com prazo de arrendamento remanescente similar para uma classe similar de ativo subjacente em ambiente econômico similar - "portfólios");
- ✓ revisar a redução ao valor recuperável do direito de uso com base em sua avaliação anterior sobre arrendamentos onerosos;
- ✓ não reconhecer o direito de uso para os contratos cujo prazo remanescente na data de adoção não supere 12 meses;
- ✓ excluir os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso;
- ✓ uso da percepção tardia (*hindsight*), tal como ao determinar o prazo do arrendamento, se o contrato contém opções para prorrogar ou rescindir o arrendamento, dentre outros; e
- ✓ Os arrendamentos classificados anteriormente como arrendamento financeiro serão reclassificados para a rubrica de direito de uso e passivo de arrendamento pelos valores imediatamente anteriores a data de adoção.

Adicionalmente, a Companhia adotará como política contábil as seguintes isenções de reconhecimento: arrendamentos cujo prazo seja inferior a 12 meses e para os quais o ativo subjacente não supere R\$ 20.000 ("baixo valor"), entretanto, neste último caso se a Companhia subarrenda o ativo, ou espera subarrendar o ativo, o arrendamento principal não se qualifica como arrendamento de ativo de baixo valor.

2.21 Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter impactos significativos nas demonstrações financeiras combinadas *carve-out* do Grupo Vamos:

- IFRIC 23 / ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro;
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9);
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2) / IAS 28);
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33 / IAS 19);
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.

Grupo VAMOS
Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas *carve-out*
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS; e
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo JSL.

3. Informações por segmento

As informações por segmento estão sendo apresentadas em relação aos negócios do Grupo Vamos, que foram identificadas com base na estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizadas pelos principais tomadores de decisão do Grupo Vamos.

Os resultados por segmento, assim como os ativos e os passivos, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis.

Os negócios do Grupo Vamos foram divididos em 2 segmentos operacionais: Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos e Locação de caminhões, máquinas e equipamentos. As atividades destes segmentos consistem basicamente em:

- Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos: comercialização de caminhões, revenda de caminhões, máquinas e equipamentos seminovos, peças, máquinas e acessórios, prestação de serviços de mecânica, funilaria e pintura;
- Locação de caminhões, máquinas e equipamentos: locação de caminhões, máquinas e equipamentos e gestão de frotas.

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

As informações por segmento de negócios atribuídas ao país sede do Grupo Vamos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são as seguintes:

	31 de dezembro de 2018			
	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos	Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	Eliminações	Combinado e <i>carve-out</i>
				(Reclassificado)
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços	391.327	624.020	(32.057)	983.290
(-) Custo de vendas, locações e prestações de serviços	(308.474)	(270.590)	26.183	(552.881)
(-) Custo de venda de ativos desmobilizados	(1.100)	(102.548)	5.874	(97.774)
(=) Lucro bruto	81.753	250.882	-	332.635
Despesas comerciais	(8.875)	(13.658)	-	(22.533)
Despesas administrativas	(71.309)	(14.496)	-	(85.805)
Perdas esperadas (<i>impairment</i>) de contas a receber	-	(9.133)	-	(9.133)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	12.705	5.844	-	18.549
(=) Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras e impostos	14.274	219.439	-	233.713
Receita financeira				17.871
Despesa financeira				(84.494)
(=) Resultado financeiro líquido				(66.623)
(=) Lucro líquido antes do Imposto de renda e contribuição social				167.090
Impostos e contribuições sobre o lucro				(50.816)
Lucro líquido do exercício				116.274
Ativos totais por segmento	472.479	2.005.231	(386.234)	2.091.476
Passivos totais por segmento	278.967	1.196.808	(27.263)	1.448.512
Depreciação e amortização	(5.630)	(212.832)	-	(218.462)

Grupo VAMOS**Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas *carve-out*****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017***Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma*

	31 de dezembro de 2017			
	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos	Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	Eliminações	Combinado, e <i>carve-out</i>
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços	231.211	444.525	(980)	674.756
(-) Custo de vendas, locações e prestações de serviços	(179.826)	(148.268)	980	(327.114)
(-) Custo de venda de ativos desmobilizados	(639)	(67.264)	-	(67.903)
(=) Lucro bruto	50.746	228.993	-	279.739
Despesas comerciais	(12.886)	(3.065)	-	(15.951)
Despesas administrativas	(48.028)	(17.113)	-	(65.141)
Perdas esperadas (<i>impairment</i>) de contas a receber	-	(25.470)	-	(25.470)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	7.266	507	-	7.773
(=) Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras e impostos	(2.902)	183.852	-	180.950
Receitas financeiras				12.032
Despesas financeiras				(57.253)
(=) Resultado financeiro líquido				(45.221)
(=) Lucro líquido antes do Imposto de renda e contribuição social				135.729
Impostos e contribuições sobre o lucro				(43.145)
Lucro líquido do exercício				92.584
Ativos totais por segmento	484.766	1.843.170	(348.733)	1.979.203
Passivos totais por segmento	281.456	1.012.408	(23.981)	1.269.883
Depreciação e amortização	(2.488)	(121.555)	-	(124.043)

4. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Os instrumentos financeiros utilizados pelo Grupo Vamos restringem-se à caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, fundos para capitalização de concessionárias, outros créditos, fornecedores, *floor plan*, risco sacado a pagar – montadoras, empréstimos e financiamentos, arrendamentos financeiros a pagar, cessão de direitos creditórios, outras contas a pagar e créditos e débitos com partes relacionadas negociados em condições normais de mercado e reconhecidos nas demonstrações financeiras combinadas *carve-out*. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais visando a liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

Grupo VAMOS
Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas *carve-out*
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.1 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros estão apresentados nas seguintes classificações contábeis:

				31/12/2018
Ativos, conforme balanço patrimonial	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Valor justo de instrumentos de hedge	Custo amortizado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	57.086	-	1.519	58.605
Títulos e valores mobiliários	7.253	-	794	8.047
Instrumentos financeiros derivativos	-	4.880	-	4.880
Contas a receber	-	-	181.011	181.011
Fundos para capitalização de concessionárias	-	-	23.477	23.477
Outros créditos	-	-	17.635	17.635
	64.339	4.880	224.436	293.655
			Custo amortizado	Total
Passivos, conforme balanço patrimonial				
Fornecedores			83.032	83.032
<i>Floor plan</i>			53.413	53.413
Empréstimos e financiamentos			889.986	889.986
Arrendamentos financeiros a pagar			44.936	44.936
Partes relacionadas			26.067	26.067
Cessão de direitos creditórios			24.171	24.171
Obrigações a pagar por aquisição de empresas			68.044	68.044
Outras contas a pagar			3.470	3.470
			1.193.119	1.193.119
				31/12/2017
Ativos, conforme balanço patrimonial	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Total
Caixa e equivalentes de caixa	79.698	-	3.613	83.311
Títulos e valores mobiliários	87.042	4.378	-	91.420
Contas a receber	-	-	174.966	174.966
Fundos para capitalização de concessionárias	-	-	19.935	19.935
Outros créditos	-	-	8.084	8.084
	166.740	4.378	206.598	377.716
			Outros passivos financeiros	Total
Passivos, conforme balanço patrimonial				
Fornecedores			103.764	103.764
<i>Floor plan</i>			38.333	38.333
Risco sacado a pagar – montadoras			2.860	2.860
Empréstimos e financiamentos			798.775	798.775
Arrendamentos financeiros a pagar			29.204	29.204
Partes relacionadas			43	43
Cessão de direitos creditórios			30.214	30.214
Obrigações a pagar por aquisição de empresas			103.147	103.147
Outras contas a pagar			422	422
			1.106.762	1.106.762

4.2 Valor justo dos ativos e passivos financeiros

A comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros do Grupo Vamos, está demonstrada a seguir:

Grupo VAMOS
Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas *carve-out*
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2018		31/12/2017	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	58.605	58.605	83.311	83.311
Títulos e valores mobiliários	8.047	8.047	91.420	91.420
Instrumentos financeiros derivativos	4.880	4.880	-	-
Contas a receber	181.011	181.011	174.966	174.966
Fundos para capitalização de concessionárias	23.477	23.477	19.935	19.935
Outros créditos	17.635	17.635	8.084	8.084
Total	293.655	293.655	377.716	377.716
Passivos Financeiros				
Fornecedores	83.032	83.032	103.764	103.764
Risco sacado a pagar – montadoras	-	-	2.860	2.860
<i>Floor plan</i>	53.413	53.413	38.333	38.333
Empréstimos e financiamentos	889.986	929.543	798.775	804.063
Arrendamentos financeiros a pagar	44.936	44.940	29.204	29.206
Partes relacionadas	26.067	26.067	43	43
Cessão de direitos creditórios	24.171	24.171	30.214	30.214
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	68.044	68.044	103.147	103.147
Outras contas a pagar	3.470	3.470	422	422
Total	1.193.119	1.232.832	1.106.762	1.112.052

Os valores justos de instrumentos financeiros ativos e passivos são mensurados de acordo com as categorias abaixo:

Nível 1 — Preços observados (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos. Nesta categoria estão os investimentos alocados em fundos de investimentos, tais como Letras Financeiras do Tesouro (“LFT”) e Letras do Tesouro Nacional (“LTN”);

Nível 2 — Preços observados em mercados ativos para instrumentos similares, preços observados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais *inputs* são observáveis. Alocam-se neste nível os certificados de depósitos bancários (“CDB”), operações compromissadas e outras aplicações; e

Nível 3 — Instrumentos cujos *inputs* significativos não são observáveis. O Grupo Vamos não possui instrumentos financeiros nesta classificação.

A tabela abaixo apresenta a classificação geral dos instrumentos financeiros ativos mensurados ao valor justo em conformidade com a hierarquia de valorização:

	31/12/2018			31/12/2017		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos ao valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa						
CDB - Certificado de depósitos bancários	-	6.852	6.852	-	37.890	37.890
Operações compromissadas	-	49.538	49.538	-	41.808	41.808
Outras aplicações	-	696	696	-	-	-
Títulos e valores mobiliários						
LFT-Letras Financeiras do Tesouro	3.304	-	3.304	33.207	-	33.207
LTN - Letras do Tesouro Nacional	3.949	-	3.949	53.835	-	53.835
Valor justo de instrumentos de <i>hedge</i>						
<i>Swap</i>	-	4.880	4.880	-	-	-
	7.253	61.966	69.219	87.042	79.698	166.740
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo - com diferença entre o valor contábil e o valor justo						
Empréstimos e financiamentos	-	889.986	889.986	-	798.775	798.775
Arrendamentos financeiros a pagar	-	44.936	44.936	-	29.204	29.204
	-	934.922	934.922	-	827.979	827.979

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar todos instrumentos financeiros ativos e passivos ao valor justo incluem:

- (i) Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- (ii) A análise de fluxos de caixa descontados.

A curva utilizada para o cálculo do valor justo dos contratos indexados a CDI em 31 de dezembro de 2018 está apresentada a seguir:

Curva de juros Brasil

Vértice	1M	6M	1A	2A	3A	5A	10A
Taxa (a.a.) - %	6,41%	6,44%	6,55%	7,36%	8,08%	8,86%	9,57%

Fonte: B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) 31/12/2018.

4.3 Gerenciamento de riscos financeiros

Os principais passivos financeiros do Grupo Vamos, referem-se a fornecedores, *floor plan*, risco sacado a pagar – montadoras, empréstimos e financiamentos, arrendamentos financeiros a pagar, cessão de direitos creditórios, partes relacionadas, obrigações a pagar por aquisição de empresas, e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é fomentar as operações. O Grupo Vamos possui em seu ativo contas a receber, fundos para capitalização de concessionárias, outros créditos e depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações. O Grupo está exposto ao risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Administração supervisiona a gestão desses riscos com o suporte de um Comitê Financeiro, que presta assessoria na avaliação dos riscos financeiros de acordo com a estrutura de governança apropriada para o Grupo Vamos. A Administração, amparada pelo Comitê Financeiro recomenda ações ao Conselho de Administração para que as atividades, que resultem em riscos financeiros do Grupo Vamos, sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados.

Compete ao Conselho de Administração autorizar a realização de operações envolvendo qualquer tipo de instrumento financeiro, assim considerados, quaisquer contratos que gerem ativos e passivos financeiros, independente do mercado em que sejam negociados ou registrados, cujos valores sejam sujeitos a flutuações.

O Grupo Vamos não contrata derivativos para fins especulativos, e essas operações quando contratadas são utilizadas somente para proteger-se das variações ligadas ao risco de mercado.

a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. O Grupo Vamos está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de investimento, incluindo aplicações em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

(i) Contas a receber

Conforme mencionado na nota explicativa 2.5.5, o Grupo utiliza uma “matriz de provisão” simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais. O Grupo utiliza sua experiência de perdas de crédito histórica para estimar as perdas de crédito esperadas no ativo financeiro conforme pertinente. A matriz de provisão, utilizada pelo Grupo, especifica taxas de provisão fixas dependendo do número de dias que a contas a receber está vencida e

é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos observados pelo Comitê de crédito e cobrança.

O Grupo Vamos baixa seus ativos financeiros quando não há expectativa razoável de recuperação. O Grupo determina a baixa de um recebível após 12 ou 24 meses em atraso, conforme estudo de recuperabilidade de cada empresa do Grupo. Os recebíveis baixados pelo Grupo continuam no processo de cobrança para recuperação do valor do recebível. Quando há recuperações, estas são reconhecidas como receitas de recuperação de crédito no resultado do exercício.

O Grupo Vamos registrou uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas incorridas referentes ao contas a receber, veja nota explicativa 7.

(ii) Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria do Grupo Vamos de acordo com as diretrizes aprovadas pelo Comitê financeiro e Conselho de Administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

O Grupo Vamos determina o risco de crédito de um título de dívida pela análise do histórico de pagamentos, condições financeiras e macroeconômicas atuais da contraparte e avaliação de agências de *rating* quando aplicáveis, avaliando assim cada título individualmente.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o grupo está exposto ao risco de crédito.

As perdas de crédito esperadas são estimadas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

b) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de *commodities*, de ações, entre outros.

O Grupo Vamos utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Conselho de Administração. Geralmente, o Grupo busca aplicar contabilidade de *hedge* para gerenciar a volatilidade no resultado.

Os Instrumentos financeiros do Grupo afetados pelo risco de mercado incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, empréstimos e financiamentos, arrendamentos financeiros a pagar e obrigações a pagar por aquisição de empresas, e estão sujeitos basicamente ao risco de taxa de juros.

(i) Risco de variação de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo Vamos ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, assim como às obrigações com empréstimos e financiamentos, arrendamentos financeiros a pagar e obrigações a pagar por aquisição de empresas, do Grupo, sujeitas a taxas de juros. A análise de sensibilidade está demonstrada no item 4.3.1.

(ii) Risco de variações de taxas de câmbio

O Grupo está exposto ao risco cambial decorrente de diferenças entre a moeda na qual um empréstimo é denominado, e a respectiva moeda funcional do Grupo. Em geral, empréstimos são denominados em moeda equivalente aos fluxos de caixa gerado pelas operações comerciais do Grupo, principalmente em Reais, mas também em dólares norte-americanos ("dólar"). Esse empréstimo foi protegido contra a variação de taxa de câmbio por um instrumento de *swap*, que troca a indexação cambial por CDI, limitando a exposição à eventuais perdas por variações cambiais.

c) Risco de liquidez

O Grupo monitora permanentemente o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez corrente.

O objetivo do Grupo é manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez, e manter flexibilidade por meio de linhas de créditos para empréstimos bancários, além da capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais de modo a garantir sua liquidez e continuidade operacional. O prazo médio de endividamento é monitorado de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa.

A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	31/12/2018
					De 3 a 8 anos
Passivos Financeiros					
Fornecedores	83.032	83.032	83.032	-	-
<i>Floor plan</i>	53.413	53.413	53.413	-	-
Empréstimos e financiamentos	889.986	1.003.532	236.192	537.803	229.537
Arrendamentos financeiros a pagar	44.936	49.208	19.243	29.825	140
Partes relacionadas	26.067	26.067	26.067	-	-
Cessão de direitos creditórios	24.171	33.427	8.015	12.706	12.706
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	68.044	72.434	35.436	18.499	18.499
Outras contas a pagar	3.470	3.470	3.470	-	-
Total	1.193.119	1.324.583	464.868	598.833	260.882

4.3.1 Análise de sensibilidade

A Administração do Grupo Vamos efetuou um estudo do potencial impacto das variações das taxas de juros sobre os valores de aplicações financeiras, arrendamentos financeiros a pagar e impactos nas variações de juros e câmbio sobre empréstimos e financiamentos. A dívida foi segregada em partes, dívidas atreladas ao CDI, dívidas atreladas à TLP e dívidas atreladas à Selic e dívida atrelada ao dólar, as quais podem ter movimentações distintas, de acordo com a taxa inerente.

Esse estudo tem como cenário provável a taxa do CDI em 6,55%, com base na curva futura de juros desenhada na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), impactando proporcionalmente as dívidas e aplicações financeiras do Grupo. Sobre a SELIC, o cenário considerado provável pelo Grupo Vamos é de manutenção da taxa de 6,50 % em 31 de dezembro de 2018 (fonte: BACEN). Sobre a TLP, o cenário considerado provável em 31 de dezembro de 2018 é de 6,52% a.a. (fonte: BNDES) e sobre o dólar, o cenário considerado provável em 31 de dezembro é de R\$ 3,80. (Fonte: B3)

A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, a fim de demonstrar os saldos dos principais ativos e passivos financeiros, considerando um cenário provável (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III):

Grupo VAMOS
Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas *carve-out*
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Operação	Exposição em 31/12/2018	Risco	Taxa média provável	Cenário I provável	Cenário II + deterioração de 25%	Cenário III + deterioração de 50%
Derivativos designados como <i>hedge accounting</i>						
Swap – Valor notional	40.000	Queda do USD	\$3,80	152.000	190.000	228.000
Crédito internacional (objeto)	(40.000)	Aumento do USD	\$3,80	(152.000)	(190.000)	(228.000)
Efeito líquido da exposição cambial	-			-	-	-
Demais operações - pós-fixadas						
Empréstimos e financiamentos (Crédito Internacional)	(155.818)	PRÉ-FIXADO	5,05%	(7.869)	(7.869)	(7.869)
Swap – Valor notional (ativo)	155.818	PRÉ-FIXADO	5,05%	7.869	7.869	7.869
Swap – Valor notional (passivo)	(152.013)	Aumento do CDI	8,52%	(12.952)	(16.189)	(19.427)
Efeito líquido das operações de <i>hedge accounting</i>	(152.013)			(12.952)	(16.189)	(19.427)
Demais operações - pós-fixadas						
Caixa e equivalentes de caixa – aplicações financeiras	57.086	Aumento do CDI	6,52%	3.722	4.653	5.583
Títulos e valores mobiliários – LFT	3.304	Aumento da SELIC	6,50%	215	268	322
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	(68.044)	Aumento do CDI	6,55%	(4.457)	(5.571)	(6.685)
Empréstimos e financiamentos - CCB	(71.698)	Aumento do CDI	8,38%	(6.008)	(7.510)	(9.012)
Empréstimos e financiamentos – Finame	(87.225)	Aumento da SELIC	10,84%	(9.455)	(11.819)	(14.183)
Empréstimos e financiamentos – Finame	(135.579)	Aumento da TLP	10,90%	(14.778)	(18.473)	(22.167)
Exposição líquida e impacto no resultado da despesa financeira – pós-fixada	(302.156)			(30.761)	(38.452)	(46.142)
Demais operações - pré-fixadas						
Títulos e valores mobiliários – LTN e outras aplicações	4.743	PRÉ-FIXADO	8,00%	379	379	379
Empréstimos e financiamentos – Finame	(388.151)	PRÉ-FIXADO	6,86%	(26.627)	(26.627)	(26.627)
Empréstimos e financiamentos – CCB	(345)	PRÉ-FIXADO	10,00%	(35)	(35)	(35)
Empréstimos e financiamentos – CDC	(28.466)	PRÉ-FIXADO	11,77%	(3.350)	(3.350)	(3.350)
Empréstimos e financiamentos – Consórcios	(22.704)	PRÉ-FIXADO	14,95%	(3.394)	(3.394)	(3.394)
Arrendamentos financeiros a pagar (nota 19)	(44.936)	PRÉ-FIXADO	9,34%	(4.197)	(4.197)	(4.197)
Exposição líquida e impacto no resultado da despesa financeira - pré-fixada	(479.859)			(37.224)	(37.224)	(37.224)
Exposição líquida e impacto total da despesa financeira no resultado	(934.028)			(80.937)	(91.865)	(102.793)

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros do Grupo nas receitas e despesas financeiras, considerando os demais indicadores de mercado constantes. Quando ocorrer a liquidação desses instrumentos financeiros, os valores poderão ser diferentes dos demonstrados acima.

4.3.2 Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos unicamente com o propósito de se proteger de riscos de mercado. De acordo com a política definida, serão objeto de *hedge* as operações que possam afetar adversamente o resultado ou o fluxo de caixa do Grupo em virtude dos riscos envolvidos. Quando o Grupo realizar transações que contenham exposições indesejadas, a alta administração avaliará a necessidade de contratar instrumentos financeiros com o objetivo de proteção e de mitigar os riscos aos quais está se expondo.

Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo possui instrumentos financeiros derivativos (contratos de *swap*) que foram classificadas como *hedge* de fluxo de caixa aplicando-se a contabilização de *hedge*, conforme CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e, demonstrado abaixo. O *hedge* de fluxo de caixa consiste em fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

Grupo VAMOS
Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas *carve-out*
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A relação entre o instrumento e o objeto de *hedge*, bem como as políticas e objetivos da gestão de risco, foram documentadas no início da operação. Os testes de efetividade estão devidamente documentados ficando confirmado que os derivativos designados são efetivos na compensação da variação do valor de mercado dos itens objeto de *hedge*.

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é registrada como componente de "outros resultados abrangentes, líquido do respectivo imposto de renda". Em 31 de dezembro de 2018 foi apurada uma variação positiva no montante líquido de impostos de R\$ 709. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva, quando apurado, é imediatamente reconhecido no resultado. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não foram apurados ganhos ou perdas decorrentes de parcela não efetiva.

Os valores acumulados em "outros resultados abrangentes", líquidos de impostos são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a liquidação do item objeto de *hedge*).

Os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2018 são os seguintes:

Instrumento	Tipo de instrumento financeiro derivativo	Operação	Valor Nocial	Vencimento	Indexador de proteção	Taxa média contratada	Saldo da dívida protegida em 31/12/2018	
							Pelo custo amortizado	Pelo valor justo
Contrato de Swap	Hedge de Fluxo de Caixa	Swap USD X CDI	USD 40.000	05/2021	PRE + câmbio	130,15% CDI	155.818	164.460

Os saldos em aberto estão apresentados a seguir:

Operação	Em 31 de dezembro de 2018			Em 31 de dezembro de 2017		
	Valor Nocial	Ativo	Passivo	Valor Nocial	Ativo	Passivo
Swap USD X CDI	USD 40.000	4.880	-	-	-	-
Não circulante		4.880	-		-	-

A tabela abaixo indica os períodos esperados que os fluxos de caixa associados com os *hedges* impactarão o resultado e o respectivo valor contábil desses instrumentos.

Operação	Valor Contábil	Em 31 de dezembro de 2018			
		Fluxo de caixa esperado			
		Total	1-6 Meses	6-12 Meses	Mais de 1 ano
Swap de taxa de juros					
Ponta ativa	155.818	178.330	4.627	4.755	168.948
Ponta passiva	(152.013)	(187.599)	(6.091)	(6.607)	(174.901)
	3.805	(9.269)	(1.464)	(1.852)	(5.953)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2018	31/12/2017
Bancos	132	3.526
Caixa	1.387	87
Total disponibilidades	1.519	3.613
CDB - Certificado de depósitos bancários	6.852	37.890
Operações compromissadas	49.538	41.808
Outras aplicações	696	-
Total aplicações financeiras	57.086	79.698
Total do caixa e equivalentes de caixa	58.605	83.311

As aplicações financeiras são de resgate imediato, e mantidas para o gerenciamento diário do caixa do Grupo.

Grupo VAMOS
Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas *carve-out*
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 o rendimento médio dos fundos nos quais estas operações estão alocadas foi de 99,48% do CDI, equivalente a 0,52% a.m., (em 31 de dezembro de 2017 o rendimento médio foi de 100,8% do CDI, equivalente a 0,80% a.m.).

6. Títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	3.304	33.207
LTN - Letras do Tesouro Nacional	3.949	53.835
Outras aplicações	794	4.378
	<u>8.047</u>	<u>91.420</u>
Ativo circulante	7.253	87.042
Ativo não circulante	794	4.378
Total	<u>8.047</u>	<u>91.420</u>

O rendimento médio dos títulos públicos que estão alocados em fundos exclusivos, é definido por taxas pós-fixadas e pré-fixadas (LTN pré-fixado e LFT SELIC). No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 o rendimento médio foi de 0,52 % a.m. (0,80% a.m. no exercício findo em 31 de dezembro de 2017). Esses fundos são administrados por instituições financeiras de primeira linha e com baixo risco de crédito. Os rendimentos médios divulgados estão líquidos da taxa de administração e comissão.

7. Contas a receber

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
	(Reclassificado)	
Valores a receber de serviços e locações	167.736	178.105
Arrendamento mercantil a receber (i)	27.732	25.959
Valores a receber de venda de veículos e peças	20.491	15.152
Valores a receber – partes relacionadas (nota 21.1)	23.704	1.386
Receita a faturar (ii)	11.470	8.838
Valores a receber de cartões de crédito	1.200	764
Garantias a receber	-	4.153
Outras contas a receber	1.140	775
(-) Ajuste a valor presente (iv)	-	(918)
(-) Perdas esperadas (<i>impairment</i>) de contas a receber (iii)	(72.462)	(59.248)
Total	<u>181.011</u>	<u>174.966</u>
Ativo circulante	166.822	154.080
Ativo não circulante	14.189	20.886
Total	<u>181.011</u>	<u>174.966</u>

(i) Tratam-se das operações de arrendamento dos bens imobilizados para terceiros, operadas pelas Sociedades Borgato;

(ii) Receita a faturar refere-se aos contratos de aluguéis de veículos cuja locação de serviço está em andamento no encerramento do mês e serão faturadas em período subsequente, quando os veículos são devolvidos e os contratos encerrados. Nesses casos, a mensuração da receita a faturar é calculada com base nas medições proporcionais aos dias incorridos de locação;

(iii) As perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber foram apuradas considerando as premissas descritas na nota explicativa 2.5.5;

(iv) Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo não possui valor referente a ajuste a valor presente no seu contas a receber de longo prazo. O montante de R\$ 918 em 31 de dezembro de 2017 se refere a ajuste a valor presente de seu contas a receber de longo prazo das Sociedades Borgato, utilizando para desconto a taxa de 100% do CDI.

Grupo VAMOS**Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas *carve-out*****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017***Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma***7.1. Classificação por vencimento (*aging list*) e movimentação das perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber**

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
	(Reclassificado)	
Total a vencer	153.860	142.188
Vencidos em até 30 dias	9.838	14.807
Vencidos de 31 a 90 dias	9.254	9.681
Vencidos de 91 a 180 dias	9.890	22.062
Vencidos de 181 a 365 dias	7.282	15.760
Vencidos acima de 365 dias	63.349	29.716
Total vencidos	99.613	92.026
(-) Perdas esperadas (<i>impairment</i>) de contas a receber	(72.462)	(59.248)
Total	181.011	174.966

A movimentação das perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	(33.778)
(-) Adição	(28.245)
(+) Reversões	2.775
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(59.248)
Remensuração (CPC 48 / IFRS 9)	(4.081)
Saldo em 01 de janeiro de 2018	(63.329)
(-) Adição	(25.351)
(+) Reversões	16.218
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (reclassificado)	(72.462)

8. Estoques

Descrição	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Veículos novos	59.628	51.498
Peças para revenda (i)	35.061	27.064
Veículos usados	10.331	7.412
Outros	108	16
(-) Perdas estimadas de estoques (ii)	(3.198)	(860)
Total	101.930	85.130

(i) Refere-se a saldos de peças e equipamentos alocados nas concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos;

(ii) A provisão para perdas de estoques refere-se à provisão para material de uso e consumo e peças para revenda. A movimentação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	(946)
(-) Adições	(1.033)
(+) Reversões	1.119
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(860)
(-) Adições	(3.294)
(+) Reversões	956
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(3.198)

Grupo VAMOS**Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas *carve-out*****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017***Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma***9. Tributos a recuperar**

	31/12/2018	31/12/2017
ICMS (i)	3.649	4.165
PIS e COFINS (ii)	5.124	1.728
ISS	1.992	1.705
IRRF	458	554
INSS (iii)	169	58
Outros impostos	14	13
Total	11.406	8.223

- (i) Refere-se principalmente a créditos de ICMS - imposto sobre circulação de mercadorias e serviços de compras de caminhões, máquinas e equipamentos para estoque, créditos de ICMS a recuperar sobre prestação de serviços, e créditos de ICMS a recuperar sobre notas de simples remessa emitidas para o retorno de caminhões, máquinas e equipamentos, peças e acessórios enviados para outras unidades ou para demonstração;
- (ii) A conta inclui o saldo de tributos a compensar de PIS - programa de integração social e COFINS - contribuição para o financiamento da seguridade social nas aquisições dos bens para o ativo imobilizado;
- (iii) Valores retidos sobre notas fiscais e faturas de serviços prestados, que são compensados nos recolhimentos mensais, e créditos extemporâneos de INSS - Instituto Nacional do Seguro Social sobre verbas trabalhistas pacificadas a compensar.

10. Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Refere-se a imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL a compensar de retenções, antecipações efetuadas durante o ano de 2018 e saldo de antecipações remanescentes de exercícios anteriores que serão compensados por meio de PER/DCOMP.

11. Ativo imobilizado disponibilizado para venda

As movimentações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão abaixo demonstradas:

	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Total
Custo:			
Em 31 de dezembro de 2016	31.356	22.216	53.572
Bens transferidos do imobilizado	57.913	34.623	92.536
Adições por combinação de negócios (nota 1.3.a)	323	17.475	17.798
Bens baixados por venda	(70.909)	(23.929)	(94.838)
Em 31 de dezembro de 2017	18.683	50.385	69.068
Bens transferidos do imobilizado	119.428	74.826	194.254
Bens baixados por venda	(70.825)	(67.321)	(138.146)
Em 31 de dezembro de 2018	67.286	57.890	125.176
Depreciação acumulada:			
Em 31 de dezembro de 2016	(11.879)	(20.234)	(32.113)
Bens transferidos do imobilizado	(7.012)	(21.559)	(28.571)
Bens baixados por venda	12.954	13.981	26.935
Em 31 de dezembro de 2017	(5.937)	(27.812)	(33.749)
Bens transferidos do imobilizado	(43.392)	(26.435)	(69.827)
Bens baixados por venda	27.543	12.829	40.372
Em 31 de dezembro de 2018	(21.786)	(41.418)	(63.204)
Valor residual líquido:			
Saldo em 31 de dezembro de 2017	12.746	22.573	35.319
Saldo em 31 de dezembro de 2018	45.500	16.472	61.972

Grupo VAMOS**Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas *carve-out*****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017***Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma*

12. Fundos para capitalização de concessionárias

Os fundos para capitalização de concessionárias referem-se aos aportes efetuados pelas controladas do Grupo Vamos, que operam concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos, para o fundo garantidor de crédito com montadoras de veículos. São valores percentuais do custo de aquisição de veículos que são retidos pelas montadoras e depositados em fundos administrados por instituições financeiras ligadas às mesmas, em nome das controladas. Esses fundos são utilizados como garantia das linhas de crédito de fornecimento de veículos e podem ser sacados os valores de contribuição excedentes às metas de contribuição estabelecidas anualmente. O saldo em 31 de dezembro de 2018 corresponde a R\$ 23.447 (R\$ 19.935 em 31 de dezembro de 2017).

Grupo VAMOS**Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas *carve-out*****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017***Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma***13. Imobilizado**

As movimentações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão demonstradas abaixo:

	Veículos (i)	Máquinas e Equipamentos (ii)	Benfeitorias	Móveis e utensílios	Terrenos	Edifícios	Outros	Total
Custo:								
Em 31 de dezembro de 2016	961.308	217.292	15.426	2.923	13.800	13.073	3.200	1.227.022
Adições	153.712	92.145	695	69	-	360	2.342	249.323
Adições por combinação de negócios (nota 1.3.a)	145.579	125.964	1.460	1.181	2.117	3.470	4.664	284.435
Transferências para bens destinados a venda	(57.913)	(34.623)	-	-	-	-	-	(92.536)
Baixas (iii)	(2.014)	(1.407)	(1.103)	(140)	-	-	(3.304)	(7.968)
Em 31 de dezembro de 2017	1.200.672	399.371	16.478	4.033	15.917	16.903	6.902	1.660.276
Adições	310.463	168.618	129	182	-	12	2.766	482.170
Transferências para disponíveis para venda	(119.428)	(74.826)	-	-	-	-	-	(194.254)
Transferências	(18.138)	17.665	(3.752)	(1.464)	-	4.377	1.312	-
Baixas (iii)	(4.506)	(264)	-	-	-	-	(8.651)	(13.421)
Em 31 de dezembro de 2018	1.369.063	510.564	12.855	2.751	15.917	21.292	2.329	1.934.771
Depreciação acumulada:								
Em 31 de dezembro de 2016	(216.495)	(93.704)	(2.215)	(1.404)	-	(1.737)	(1.268)	(316.823)
Despesa de depreciação no exercício	(86.710)	(35.403)	(657)	(284)	-	(684)	(240)	(123.978)
Transferências	(39)	(733)	50	-	-	(8)	730	-
Transferências para bens destinados a venda	7.012	21.559	-	-	-	-	-	28.571
Baixas (iii)	367	1.377	-	109	-	-	480	2.333
Em 31 de dezembro de 2017	(295.865)	(106.904)	(2.822)	(1.579)	-	(2.429)	(298)	(409.897)
Despesa de depreciação no exercício	(136.634)	(72.878)	(1.845)	(475)	-	(773)	(520)	(213.125)
Transferências	57	2.712	700	676	-	(907)	(3.238)	-
Transferências para bens destinados a venda	43.392	26.435	-	-	-	-	-	69.827
Baixas (iii)	600	185	-	-	-	-	3.461	4.246
Em 31 de dezembro de 2018	(388.450)	(150.450)	(3.967)	(1.378)	-	(4.109)	(595)	(548.949)
Valor residual líquido:								
Saldo em 31 de dezembro de 2017	904.807	292.467	13.656	2.454	15.917	14.474	6.604	1.250.379
Saldo em 31 de dezembro de 2018	980.613	360.114	8.888	1.373	15.917	17.813	1.734	1.385.822
Vida útil (anos):								
2017								
Pesados	5 a 10	8 a 17	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	5 a 25	5 a 10	-	10 a 25	20	-
2018								
Pesados	5 a 10	8 a 17	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	5 a 25	5 a 10	-	10 a 25	20	-

(i) Veículos pesados (caminhões, carretas, cavalos) para uso nas operações;

(ii) Máquinas e equipamentos utilizados no segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos; e

(iii) Do total líquido de baixas, o montante de R\$ 981 refere-se a baixa por sinistros (R\$ 1.047 em 31 de dezembro de 2017).

Grupo VAMOS
Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas *carve-out*
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13.1. Imobilizado de arrendamento

Parte dos ativos foram adquiridos pelo Grupo Vamos por meio de arrendamentos financeiros, substancialmente representados por veículos, máquinas e equipamentos. Esses saldos integram o ativo imobilizado de acordo com o demonstrado a seguir:

	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
Valor líquido:			
Saldo em 31 de dezembro 2017	17.613	1.721	19.334
Saldo em 31 de dezembro 2018	44.128	3.939	48.067
Valor da Dívida:			
Saldo em 31 de dezembro 2017	21.959	7.245	29.204
Saldo em 31 de dezembro 2018	41.863	3.073	44.936

14. Intangível

As movimentações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão abaixo demonstradas:

	Softwares	Fundo de comércio (i)	Ágio (15.1) (ii)	Acordo de não competição e carteira de clientes (iii)	Outros	Total
Custo:						
Em 31 de dezembro de 2016	293	30.814	3.918	7.204	16	42.245
Adições por combinação de negócios (nota 1.3 a)	-	10.800	82.959	28.200	4.300	126.259
Adições	52	-	-	-	50	102
Baixas	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2017	345	41.614	86.877	35.404	4.366	168.606
Adições	1.893	-	-	-	74	1.967
Baixas	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2018	2.238	41.614	86.877	35.404	4.440	170.573
Amortização acumulada:						
Em 31 de dezembro de 2016	(34)	-	-	-	-	(34)
Despesas de amortização do exercício	(65)	-	-	-	-	(65)
Em 31 de dezembro de 2017	(99)	-	-	-	-	(99)
Despesas de amortização no exercício	(167)	-	-	(5.170)	-	(5.337)
Em 31 de dezembro de 2018	(266)	-	-	(5.170)	-	(5.436)
Valor líquido:						
Saldo em 31 de dezembro de 2017	246	41.614	86.877	35.404	4.366	168.507
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.972	41.614	86.877	30.234	4.440	165.137
Vida útil (anos):						
2017	10 a 20	-	-	5	-	
2018	10 a 20	-	-	5	-	

- (i) Fundo de comércio refere-se aos direitos de concessão e de exploração da marca MAN pela Transrio na aquisição das filiais do Rio de Janeiro e de Sergipe, no valor total de R\$ 30.814, e aos direitos de concessão de uso de imagem e de comercialização de máquinas e implementos agrícolas da marca Valtra no valor total de R\$ 10.800. Esses ativos estão alocados aos conjuntos de lojas e territórios explorados, considerados em conjunto como as unidades geradoras de caixa respectivas, no segmento de concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos;
- (ii) Os ágios constituídos referem-se a aquisição da Transrio no valor de R\$ 3.918 e da aquisição das Sociedades Borgato no valor de R\$ 82.959, conforme nota explicativa 14.1;
- (iii) O valor de R\$ 28.200 refere-se à combinação de negócio decorrente da aquisição das Sociedades Borgato e o saldo remanescente de R\$ 7.204 refere-se à acordos de não competição da controlada Transrio.

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14.1 Ágio decorrente da combinação de negócios

O ágio decorrente da combinação de negócios é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*) através de estudo realizado. O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento de negócio.

Os ágios constituídos referem-se à aquisição da Transrio, atribuído ao segmento de concessionária de caminhões, máquinas e equipamentos, e também à aquisição das Sociedades Borgato, atribuído ao segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos.

Abaixo um resumo da alocação do ágio líquido de *impairment*, por nível de UGC:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
	<u>Saldo</u>	<u>Saldo</u>
Ágios decorrentes das combinações de negócios por UGC		
Locação de caminhões, máquinas e equipamentos (i)	82.959	82.959
Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos - Transrio	3.918	3.918
Total	86.877	86.877

(i) Conforme nota explicativa 1.3.a, o ágio refere-se a aquisição das Sociedades Borgato;

14.2 Teste de redução ao valor recuperável (*Impairment*)

O valor recuperável de uma Unidade Geradora de Caixa é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros para um período de 5 anos e perpetuidade.

A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo dos setores no qual cada Unidade Geradora de Caixa atua.

As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso (fluxos de caixa do período de cinco anos) em 31 de dezembro de 2018 são as que seguem:

Unidades Geradoras de Caixa	Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos - Valtra (Reapresentado)	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos - Transrio
Taxas de desconto (<i>WACC</i>)	11,12%	11,12%	11,12%
Taxas de crescimento na perpetuidade	3,95%	3,95%	3,95%
Taxas de crescimento estimado para o LAJIDA (média para os próximos 5 anos)	9,08%	22,01%	11,13%

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Utilização do Custo Médio Ponderado do Capital (*WACC*) como parâmetro apropriado para determinar a taxa de desconto a ser aplicada aos fluxos de caixa livres;
- Projeções de fluxo de caixa preparadas pela Administração que compreendem o período de 5 anos, de janeiro de 2019 a dezembro de 2023;
- Todas as projeções foram realizadas em termos nominais, ou seja, considerando o efeito da inflação;
- O valor residual após dezembro de 2023 foi calculado com base na perpetuidade do fluxo de caixa, considerando premissa de continuidade das operações por prazo indeterminado (perpetuidade) considerando um crescimento de 3,95% (inflação);
- Os fluxos de caixa foram descontados considerando a convenção de meio período ("*mid period*"), assumindo a premissa de que os fluxos de caixa são gerados ao longo do ano.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o Grupo Vamos realizou o teste anual de *impairment* das suas UGCs acima descritas e não apurou perdas sobre os valores contabilizados.

Os valores recuperáveis estimados para as UGCs locação de caminhões, máquinas e equipamentos, Valtra e Transrio foram superiores aos seus valores contábeis em R\$ 1.038.671, R\$ 3.065 e R\$ 67.486, respectivamente. A Administração identificou a premissa principal para a qual alterações razoavelmente possíveis podem acarretar em *impairment*. A tabela abaixo apresenta o montante pelo qual alterações individuais nessa premissa básica poderiam resultar no valor recuperável da UGC ser igual ao valor contábil:

Alteração requerida para o valor recuperável ser igual ao valor contábil			
Em pontos percentuais (%)	Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos - Valtra (Reapresentado)	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos - Transrio
Taxa de desconto (<i>WACC</i>)	4,19	0,20	3,93

15. Fornecedores

	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores de veículos, máquinas e equipamentos para locação	8.703	12.212
Fornecedores de veículos, máquinas e equipamentos para estoque	17.602	40.907
Fornecedores de veículos, máquinas e equipamentos locação – partes relacionadas (nota 20.1)	52.402	38.706
Montadoras de veículos	-	1.786
Outros	4.325	11.215
(-) Ajuste a valor presente (i)	-	(1.062)
Total	83.032	103.764
Passivo circulante	83.032	99.439
Passivo não circulante	-	4.325
Total	83.032	103.764

- (i) Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo não possui valor referente a ajuste a valor presente de fornecedores de longo prazo. O montante de R\$ 1.062 em 31 de dezembro de 2017 se refere ao ajuste a valor presente de fornecedores de longo prazo das Sociedades Borgato, utilizando para desconto taxa de 100% do CDI mais juros de até 0,5% a.m.

Grupo VAMOS
Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas *carve-out*
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16. Floor plan

Parte das compras de veículos novos para o segmento de concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos são pagas com prazo estendido pelo uso do programa de financiamento de estoque de veículos novos e usados e peças automotivas “*Floor Plan*”, com concessão de crédito rotativo cedido por instituições financeiras e com a anuência das montadoras. Tais programas possuem, em geral, um período inicial isento de qualquer ônus até a emissão da nota fiscal de veículo e com prazo de vencimento que varia entre 150 a 180 dias após a emissão da nota fiscal, com taxa de juros de até 100% do CDI mais juros de até 0,5% ao mês, após o período de carência que geralmente é de 180 dias. O saldo apresentado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 53.413 (R\$ 38.333 em 31 de dezembro de 2017).

17. Risco sacado a pagar – montadoras

Modalidade	Taxa média (%)	Prazo de alongamento	Vencido.	31/12/2018	Novos contratos	Amortização	Juros apropriados	31/12/2017
Em moeda nacional								
Risco sacado	4,89%	10 meses	jul/18	-	-	(4.604)	1.744	2.860

Modalidade	Taxa média (%)	Prazo de alongamento	Vencido.	31/12/2017	Novos contratos	Juros pagos	Juros apropriados	31/12/2016
Em moeda nacional								
Risco sacado	4,89%	10 meses	jul/18	2.860	3.027	(294)	127	-

O Grupo Vamos firmou convênios com instituições financeiras denominado “risco sacado” para gerir os valores a serem pagos de compras de veículos junto a montadoras. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos das vendas de veículos para as instituições financeiras.

Os contratos firmados com as instituições financeiras não são garantidos pelos ativos (veículos) vinculados às operações securitizadas.

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado. Termos e condições dos empréstimos e financiamentos em aberto são os seguintes:

Modalidade	Taxa média a.a. (%)	Estrutura taxa média (%)	Vencto.	31/12/2018			Movimentação					31/12/2017		
				Circulante	Não circulante	Total	Novos contratos	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	Varição cambial	Circulante	Não circulante	Total
Em moeda nacional														
Finame (i)	6,86%	Pré-fixado	dez/28	77.933	310.218	388.151	209.260	(85.065)	(21.295)	22.746	-	76.764	185.741	262.505
Finame (i)	10,78%	TLP + 4,38%	mar/23	59.156	76.423	135.579	20.988	(169.870)	(17.484)	18.744	-	82.816	200.385	283.201
Finame (i)	10,84%	SELIC+ 4,34%	dez/28	19.749	67.476	87.225	39.224	(47.442)	(3.152)	7.981	-	26.498	64.116	90.614
CCB (ii)	8,23%	CDI + 1,83%	ago/25	15.050	56.648	71.698	-	(47.457)	(7.718)	8.029	-	28.864	89.980	118.844
CCB (ii)	10,00%	Pré-fixado	jan/23	74	271	345	408	(65)	(34)	36	-	-	-	-
CDC (iii)	11,77%	Pré-fixado	mai/22	4.847	23.619	28.466	28.295	(11.710)	(2.394)	3.102	-	3.026	8.147	11.173
Consórcios (iv)	14,95%	Pré-fixado	dez/24	11.474	11.230	22.704	3.785	(13.519)	-	-	-	9.075	23.363	32.438
				188.283	545.885	734.168	301.960	(375.128)	(52.077)	60.638	-	227.043	571.732	798.775
Em moeda estrangeira														
Crédito internacional (4131) - USD (v)	USD + 5,05%	USD + 5,05%	mai/21	826	154.992	155.818	150.800	-	(3.931)	4.757	4.192	-	-	-
				189.109	700.877	889.986	452.760	(375.128)	(56.008)	65.395	4.192	227.043	571.732	798.775
Modalidade	Taxa média a.a. (%)	Estrutura taxa média (%)	Vencto.	31/12/2017			Movimentação					31/12/2016		
				Circulante	Não circulante	Total	Novos contratos por combinação de negócio	Novos contratos	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	Circulante	Não circulante	Total
Em moeda nacional														
Finame (i)	5,04%	Pré-fixado	jan/25	76.764	185.741	262.505	67.925	-	(57.884)	(20.288)	19.828	53.254	199.670	252.924
Finame (i)	9,92%	TLP + 2,92%	jul/23	82.816	200.385	283.201	86.529	87.212	(119.936)	(27.207)	23.670	49.045	183.888	232.933
Finame (i)	11,66%	SELIC + 4,66%	jul/22	26.498	64.116	90.614	-	25.526	(23.463)	(5.564)	3.368	19.107	71.640	90.747
CDC (iii)	11,77%	Pré-fixado	jan/25	3.026	8.147	11.173	17.919	9.833	(40.880)	(2.560)	2.951	4.863	19.047	23.910
CCB (ii)	10,58%	Pré-fixado	mai/22	28.864	89.980	118.844	88.138	11.045	(5.848)	(4.822)	4.811	1.562	23.958	25.520
Consórcios (iv)	14,95%	Pré-fixado	dez/24	9.075	23.363	32.438	32.438	-	-	-	-	-	-	-
				227.043	571.732	798.775	292.949	133.616	(248.011)	(60.441)	54.628	127.831	498.203	626.034

Grupo VAMOS
Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas *carve-out*
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os empréstimos e financiamentos possuem as seguintes características:

- (i) **Finame** são financiamentos para investimentos em veículos, maquinários e equipamentos utilizados nas operações. Parte dos contratos são remunerados pela “Taxa de Juros de Longo Prazo – TLP” mais *spread* médio de 4,38% a.a. (2,92% a.a. em 2017), outra parte é remunerada pela SELIC mais *spread* médio de 4,34% a.a. (4,66% a.a. em 2017) e parte remunerada a taxas de juros pré-fixadas em média de 6,86% a.a. em 31 de dezembro de 2018 e 5,04% em 31 de dezembro de 2017. Está composto de vários contratos com vencimentos variados até janeiro de 2025. Mensalmente são firmados novos contratos relativos a compra de novos ativos pelo processo normal de renovação da frota;
- (ii) **CCBs** são Cédulas de Crédito Bancário adquiridas junto a instituições financeiras com a finalidade de subsidiar o capital de giro, além de financiar a compra de veículos, máquinas e equipamentos para as operações. Está composto por vários contratos, dos quais, parte é remunerada com juros médios anuais calculados com base na variação de 100% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI para 31 de dezembro de 2018 e mais *spread* médio de 1,83% a.a., e outra parte remunerada com juros pré-fixados de 10% a.a. em 31 de dezembro de 2018 (10,58% a.a. em 31 de dezembro de 2017);
- (iii) **CDC** refere-se a captações utilizada para investimentos em veículos, maquinários e equipamentos utilizados nas operações. Essas operações possuem remuneração média de 11,77% a.a. em 31 de dezembro de 2018 e 2017, com vencimento até maio de 2022;
- (iv) **Consórcios** referem-se a operações de crédito junto a instituições financeiras para aquisições de máquinas e implementos utilizados nas operações de locações, os quais possuem taxa de administração de 11,95% e 3% de fundo de reserva em 31 de dezembro de 2018 e 2017. Estão compostos de vários grupos e cotas com vencimentos variados até dezembro de 2024;
- (v) **Crédito Internacional** refere-se a operação de empréstimo junto a instituição financeira por meio da Lei 4.131. Os contratos são remunerados parte por taxas pré-fixadas de 5,05% e parte pela variação do dólar, possuem o vencimento até maio de 2021 e estão 100% protegidos por contratos de *swap*, conforme descrito na nota explicativa 4.3.2. Essas operações possuem cláusulas de compromissos, as quais estão descritas na nota explicativa 18.2.

18.1 Cronograma de amortização

O cronograma de amortização está demonstrado a seguir, por ano de vencimento:

			31/12/2018
	Vencimento das parcelas	Valor Total	%
Passivo circulante	2019	189.109	21,2
	2020	171.769	19,3
	2021	311.299	35,0
	2022	134.144	15,1
	2023	67.725	7,6
	2024	12.006	1,4
	2025 em diante	3.934	0,4
Passivo não circulante		700.877	78,8
Total		889.986	100,0

18.2 Garantias e cláusulas restritivas (*covenants*)

O Grupo Vamos possui operações de Finame, CCB e Consórcios garantidas pelos respectivos veículos, máquinas e equipamentos financiados. Em 31 de dezembro de 2018 o Grupo possuía R\$ 817.999, R\$ 27.600 e R\$ 3.526 em bens dados em garantias de seus contratos de Finame, CCB e Consórcios, respectivamente (R\$ 783.377, R\$ 12.763 e R\$ 48.450 em 31 de dezembro de 2017, para os contratos de Finame, CCB e Consórcios, respectivamente). Os contratos que possuem cláusulas restritivas são apurados trimestralmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas anualizadas da sua controladora JSL S.A., garantidora desses contratos.

As demais operações não possuem garantias atreladas.

Índices de desempenho da sua controladora JSL S.A.

Todos os compromissos descritos no contrato de crédito internacional estavam cumpridos em 31 de dezembro de 2018, incluindo a manutenção dos índices financeiros conforme demonstrado abaixo:

Restrição	Limites	12 meses findo em 31/12/2018
Dívida Líquida / EBITDA Adicionado	Menor que 3,5	2,08
EBITDA Adicionado / Despesas Financeiras Líquidas	Maior que 2	5,48

Dívida Líquida para fins de *covenants*: significa o saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Vamos e quaisquer outros títulos e valores mobiliários representativos da dívida subtraídos dos valores em caixa e aplicações financeiras de curto prazo, entendidas como aplicações financeiras que possuam liquidez diária de até 360 dias.

EBITDA Adicionado para fins de *covenants*: significa lucro antes do resultado financeiro, tributos, depreciações, amortizações, *impairment* dos ativos e equivalências patrimoniais, acrescido de custo de venda de ativos desmobilizados, apurados ao longo dos últimos 12 meses.

Despesas Financeiras Líquidas para fins de *covenants*: significa encargos da dívida, acrescidos das variações monetárias, deduzidas as rendas de aplicações financeiras, todos estes relativos aos itens descritos na definição de Dívida líquida acima, calculados pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 meses.

Os empréstimos de capital de giro (CDC) não possuem garantias e cláusulas restritivas.

Grupo VAMOS**Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas *carve-out*****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017***Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma***19. Arrendamentos financeiros a pagar**

Contratos de arrendamentos financeiros na modalidade de *Finame leasing* e arrendamentos financeiros para a aquisição de veículos e bens da atividade operacional do Grupo Vamos que possuem encargos anuais pré-fixados, e estão distribuídos da seguinte forma:

			31/12/2018			Movimentação				31/12/2017			
Modalidade	Encargos	Vencido.	Circulante	Não circulante	Total	Novos contratos	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	Circulante	Não circulante	Total	
Em moeda nacional													
Arrendamento financeiro <i>Leasing</i>	9,34%	nov/22	15.201	29.735	44.936	31.623	(17.828)	(1.101)	3.038	14.337	14.867	29.204	
			15.201	29.735	44.936	31.623	(17.828)	(1.101)	3.038	14.337	14.867	29.204	
			31/12/2017			Movimentação				31/12/2016			
Modalidade	Encargos	Vencido.	Circulante	Não circulante	Total	Novos contratos por combinação de negócio	Novos contratos	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	Circulante	Não circulante	Total
Em moeda nacional													
Arrendamento financeiro <i>Leasing</i>	13,16%	nov/22	14.337	14.867	29.204	9.282	7.990	(9.787)	(600)	2.393	7.469	12.457	19.926
			14.337	14.867	29.204	9.282	7.990	(9.787)	(600)	2.393	7.469	12.457	19.926

Grupo VAMOS**Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas *carve-out*****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017***Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma***19.1 Cronograma de amortização**

O cronograma de amortização está demonstrado a seguir, por ano de vencimento:

			31/12/2018
	Vencimento das parcelas	Valor Total	%
Passivo circulante	2019	15.201	33,8
	2020	14.403	32,1
	2021	15.192	33,8
	2022	139	0,3
	2023	1	0,1
Passivo não circulante		29.735	66,2
Total		44.936	100,0

19.2 Garantias e cláusulas restritivas (*covenants*)

Conforme demonstrado na nota explicativa 13.1, o Grupo Vamos possui veículos, máquinas e equipamentos que foram adquiridos através de operações de arrendamentos financeiros e que os mesmos estão concedidos como garantia dos contratos.

Nos contratos não constam cláusulas restritivas e nem cláusulas que exijam liquidação antecipada.

Grupo VAMOS**Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas *carve-out*****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017***Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma***20. Transações com partes relacionadas****20.1 Transações entre partes relacionadas reconhecidos no ativo e no passivo**

As transações com partes relacionadas, respeitando as condições de mercado, estão divulgadas nas tabelas abaixo:

Ativo	Contas a receber (nota 7)		Outros créditos					
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017				
JSL S.A (nota 20.2.1)	3.154	57	181	-				
CS Brasil	15.449	322	-	-				
Movida GTF (incorporada pela Movida Participações)	3.352	1.005	-	-				
Movida Locação	5	-	-	-				
Original Veículos	3	-	35	-				
JSL Leasing	1.739	-	-	-				
Ponto Veículos	2	2	-	8				
Família Borgato (i)	-	-	6.000	6				
Total	23.704	1.386	6.216	14				

Passivo	Partes Relacionadas		Fornecedores (nota 15)		Obrigações a pagar por aquisição de empresa (nota 21)		Dividendos a pagar (nota 26.3.a)	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
JSL S.A (nota 20.2.2)	26.067	-	51.511	35.231	-	-	61.375	15.700
Movida Locação	-	-	190	179	-	-	-	-
Movida Participações	-	41	-	42	-	-	-	-
CS Brasil	-	-	17	97	-	-	-	-
Ponto Veículos	-	2	3	2	-	-	-	-
Original Veículos	-	-	12	3.155	-	-	-	-
JSL Leasing	-	-	102	-	-	-	-	-
Avante	-	-	567	-	-	-	-	-
Família Borgato	-	-	-	-	68.044	103.147	-	2.746
Total	26.067	43	52.402	38.706	68.044	103.147	61.375	18.446

(i) A Companhia possui o valor a receber no montante de R\$ 6.000 referente a venda de aeronave, em 4 parcelas sendo a última com vencimento em abril de 2019.

20.2 Transações com a controladora

20.2.1 Ativo

Contas a receber

- (i) Em 31 de dezembro de 2018 o Grupo Vamos possuía valor a receber da controladora no montante de R\$ 3.154 (R\$ 57 em 31 de dezembro de 2017) referente prestação de serviços de locação de veículos, máquinas e equipamentos.

20.2.2 Passivo

Fornecedores

- (ii) Em 31 de dezembro de 2018 o Grupo Vamos possuía valor a pagar a controladora no montante de R\$ 51.511 (R\$ 35.231 em 31 de dezembro de 2017), sendo que parte deste montante refere-se à compra de veículos, máquinas e equipamentos no início das operações do Grupo Vamos, e o remanescente referente à renovação e/ou ampliação da frota.

Partes relacionadas

- (iii) Em 08 de junho de 2018 a Companhia adquiriu da controladora, ações da Movida Participações no valor de R\$ 26.067, que foram entregues aos antigos sócios das Sociedades Borgato, conforme nota explicativa 1.3.a. Não incide juros sobre esse valor e não há prazo de vencimento definido.

20.3 Outras transações com partes relacionadas

Ativo	Relação	Especificação
CS Brasil	Partes relacionadas	Locação operacional
Movida Participações	Partes relacionadas	Locação operacional / Venda de veículos
Movida Locação	Partes relacionadas	Locação operacional / Venda de veículos
Original Veículos	Partes relacionadas	Locação operacional / Venda de veículos
JSL Leasing	Partes relacionadas	Venda de veículos
Ponto Veículos	Partes relacionadas	Locação operacional / Venda de veículos
Família Borgato	Partes relacionadas	Venda de aeronave
Passivo	Relação	Especificação
Movida Locação	Partes relacionadas	Locação operacional / Compra de veículos
Movida Participações	Partes relacionadas	Locação operacional / Compra de veículos / Reembolso de despesas
CS Brasil	Partes relacionadas	Locação operacional / Centro de Serviços Administrativos / Compra de veículos
Ponto Veículos	Partes relacionadas	Locação operacional / Compra de veículos / Reembolso de despesas
Original Veículos	Partes relacionadas	Compra de veículos
JSL Leasing	Partes relacionadas	Compra de veículos
Avante	Partes relacionadas	Compra de veículos
Família Borgato	Partes relacionadas	Aquisição Borgato / Dividendos / Recompra de ações próprias

Todos os saldos em aberto com estas partes relacionadas são precificados com base em condições usuais de mercado, com exceção do reembolso de despesas e Centro de Serviços Administrativos ("CSA" - nota explicativa 20.6) que são remuneradas ao preço de custo.

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20.4 Transações entre partes relacionadas com efeito no resultado

No quadro abaixo apresentamos os resultados nas rubricas de receitas, compras, deduções e outras receitas e despesas operacionais de transações do Grupo Vamos com suas partes relacionadas:

	Serviços Prestados		Serviços Tomados		Venda de Ativos		Compra de Ativos		Receita Financeira		Despesa Financeira	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
			(Reapresentado)	(Reapresentado)								
Transações com controladora												
JSL S.A.	10.911	16.521	(26.677)	(27.160)	1.996	3.548	-	-	-	-	(396)	(472)
	10.911	16.521	(26.677)	(27.160)	1.996	3.548	-	-	-	-	(396)	(472)
Transações eliminadas no resultado												
Vamos	-	638	(21.360)	(342)	-	-	(721)	-	-	-	(9)	-
Transrio	48	342	-	(638)	721	-	-	-	-	-	-	-
Borgato Serviços	3.297	-	(2.375)	-	-	-	-	-	3	-	-	-
Borgato Máquinas	22.838	-	(1.565)	-	5.153	-	-	-	6	-	-	-
Borgato Caminhões	-	-	(883)	-	-	-	(5.153)	-	-	-	-	-
	26.183	980	(26.183)	(980)	5.874	-	(5.874)	-	9	-	(9)	-
Transações com partes relacionadas												
CS Brasil	18.344	16.424	(7.786)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quick Logística	246	478	-	(91)	-	-	-	-	-	-	-	-
Movida Participações	12.260	11.267	-	(2.635)	-	1.594	-	(1.594)	-	-	-	-
Movida Locação	19	-	(25)	(24)	-	-	-	-	-	-	-	-
Avante Veículos	1	-	-	(3)	-	-	-	-	-	-	-	-
Original Veículos	36	4	-	(49)	-	-	-	-	-	-	-	-
Ponto Veículos	10	-	(2)	(5)	-	-	-	-	-	-	-	-
JSL Leasing	-	102	-	(102)	3.495	-	-	-	-	-	-	-
Ribeira												
Empreendimentos												
Imobiliários Ltda.	-	-	(3.351)	(2.990)	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros (i)	-	-	(121)	(336)	-	-	-	-	-	-	-	-
	30.916	28.275	(11.285)	(6.235)	3.495	1.594	-	(1.594)	-	-	-	-
Total	68.010	45.776	(64.145)	(34.375)	11.365	5.142	(5.874)	(1.594)	9	-	(405)	(472)

(i) Refere-se a serviços de consultoria tributária prestados por escritório de advocacia onde um membro do Conselho de Administração da JSL S.A. é sócio.

20.5 Remuneração dos administradores

A Administração do Grupo Vamos é composta pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, sendo que a remuneração dos executivos e administradores inclui todos os benefícios, os quais foram registradas na rubrica “Despesas administrativas”, e estão resumidas conforme a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Remuneração fixa	(2.935)	(1.923)
Remuneração variável	(427)	(388)
Benefícios	(28)	(19)
Remuneração baseada em ações (nota 27.2.a)	(560)	(679)
Total	<u>(3.950)</u>	<u>(3.009)</u>

A Administração não possui benefícios pós-aposentadoria nem outros benefícios relevantes de longo prazo.

20.6 Centro de serviços administrativos

O Grupo JSL rateia, conforme critérios definidos em estudos técnicos apropriados, os gastos compartilhados da estrutura e *BackOffice* compartilhado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o montante de despesas alocadas da JSL para o Grupo Vamos relativo à estes gastos foi de R\$ 6.491 (R\$ 6.213 em 31 de dezembro de 2017). O Centro de serviços administrativos não cobra taxa de administração ou aplica margem de rentabilidade sobre os serviços prestados repassando somente os custos.

20.7 Transações garantidas pela controladora

Modalidade	<u>Garantidor</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Crédito internacional (4131) – USD (i)	JSL S.A.	155.818	-

- (i) Saldo total do empréstimo de modalidade crédito internacional em 31 dezembro de 2018, conforme nota explicativa 18.

21. Obrigações a pagar por aquisição de empresas

As obrigações a pagar por aquisição de empresas registradas no passivo circulante e não circulante nos montantes de R\$ 34.769 e R\$ 33.275, respectivamente, totalizando R\$ 68.044 em 31 de dezembro de 2018, referem-se à recompra de ações da Vamos que haviam sido entregues na negociação de compra das Sociedades Borgato conforme nota explicativa 1.3.a. Em 31 de dezembro de 2017 os valores de R\$ 57.314 e R\$ 45.833, registrados no passivo circulante e não circulante, respectivamente, totalizando R\$ 103.147, correspondiam a dívida com os antigos sócios das Sociedades Borgato referente à combinação de negócios ocorrida em 22 de dezembro de 2017, e quitada integralmente conforme nota explicativa 1.3 a.

Grupo VAMOS
Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas *carve-out*
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22. Outras contas a pagar

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Reserva de seguros	10.811	2.759
Veículos em consignação	785	397
Aporte para fundos de capitalização de concessionárias	422	287
Aluguéis a pagar	506	135
Outras contas a pagar (i)	<u>2.542</u>	<u>-</u>
Total	<u>15.066</u>	<u>3.578</u>

(i) Compõem-se de diversas outras contas a pagar em valores pulverizados.

23. Crédito (provisão) para imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

23.1 Crédito (provisão) para imposto de renda e contribuição social diferido

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Créditos fiscais		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	8.953	9.191
Provisão para demandas judiciais e administrativas	1.133	1.009
Provisão para perdas esperadas (<i>impairment</i>) contas receber	18.602	24.522
Outras provisões	621	46
Provisão para ajuste a valor presente	-	363
Provisão para ajuste a valor de mercado e obsolescência	1.086	293
Total créditos fiscais brutos	<u>30.395</u>	<u>35.424</u>
Débitos fiscais		
Diferença entre a depreciação econômica e a taxa fiscal	(122.980)	(103.906)
Imobilização <i>leasing</i> financeiro	(18.325)	(11.313)
Valor justo do <i>hedge</i> de fluxo de caixa	(366)	-
Constituição de IR/CS sobre realização fiscal do ágio	(589)	(589)
Total débitos fiscais brutos	<u>(142.260)</u>	<u>(115.808)</u>
Total débitos fiscais, líquidos	<u>(111.865)</u>	<u>(80.384)</u>
Tributos diferidos passivos	(136.459)	(104.337)
Tributos diferidos ativos	<u>24.594</u>	<u>23.953</u>
Total débitos fiscais, líquidos	<u>(111.865)</u>	<u>(80.384)</u>

A movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos é apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>(14.309)</u>
IR / CS diferidos reconhecidos no resultado	(21.954)
IR / CS diferidos reconhecidos sobre diferenças temporárias das Sociedades Borgato	(43.141)
IR / CS diferidos reconhecidos sobre outros saldos	(980)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>(80.384)</u>
IR / CS diferidos reconhecidos no resultado	(32.369)
IR / CS diferidos reconhecidos em resultados abrangentes	(366)
IR / CS diferidos sobre reconhecimento inicial do CPC 48 / IFRS 9	1.387
IR / CS diferidos reconhecido sobre outros saldos	(133)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>(111.865)</u>

23.1.1 Prazo estimado de realização

Os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão consumidos à medida que as respectivas diferenças sejam liquidadas ou realizadas.

Grupo VAMOS
Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas *carve-out*
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os prejuízos fiscais consolidados não prescrevem e em 31 de dezembro de 2018 foram contabilizados o IRPJ e CSLL diferidos para a totalidade dos prejuízos fiscais acumulados. A tabela abaixo apresenta o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos contabilizados sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social por entidade:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Borgato Serviços (i)	1.655	2.188
Borgato Máquinas (i)	1.099	-
Transrio (ii)	6.199	7.003
Total	<u>8.953</u>	<u>9.191</u>

- (i) Devido a expansão das operações de locação de caminhões, máquinas e equipamentos em 2013 e 2014 do Grupo Borgato, houve aquisições expressivas de imobilizado. A diferença entre a depreciação para fins fiscais e a depreciação baseada na vida útil dos imobilizados gerou imposto de renda diferido passivo no montante de R\$ 58.694, sendo, R\$ 46.490 na Borgato Máquinas e R\$ 12.204 na Borgato Serviços (R\$ 10.096 em 31 de dezembro de 2017 na Borgato Serviços), o qual o Grupo espera compensar o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social com o imposto de renda diferido passivo a partir do término da depreciação fiscal acelerada;
- (ii) Os saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido na Transrio, foram acumulados até o ano de 2015 e a partir de 2016 passaram a ser compensados com os lucros tributáveis apurados.

O Grupo elaborou estudos de projeção de resultados tributários futuros, baseados em dados de mercados e concluiu que os créditos serão consumidos no prazo de no máximo 3 anos.

Adicionalmente, a Borgato Caminhões possui saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido no montante de R\$ 18.787, cujos créditos diferidos correspondentes não foram contabilizados por não haver histórico de utilização nos últimos anos.

Com base nas informações discutidas nos itens acima, a tabela a seguir apresenta a realização do imposto de renda e base negativa de contribuição social ao longo do tempo:

	<u>2018</u>					
	<u>Até 1 ano</u>	<u>De 1 a 2 anos</u>	<u>De 2 a 3 anos</u>	<u>De 3 a 4 anos</u>	<u>Acima de 4 anos</u>	<u>Total</u>
Valores consolidado	5.344	3.276	333	-	-	8.953

23.2 Conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro contábil antes do IRPJ e CSSL, acrescido ou diminuído das respectivas adições, e exclusões e compensações permitidas pela legislação vigente.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	167.090	135.729
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(56.811)	(46.148)
(Adições) exclusões permanentes		
Incentivos fiscais – PAT	9	58
Juros sobre capital próprio	6.800	4.333
Despesas indedutíveis	(749)	(733)
Outras (adições) exclusões	(65)	(655)
IRPJ e CSLL apurados	<u>(50.816)</u>	<u>(43.145)</u>
Corrente	(18.447)	(21.191)
Diferido	(32.369)	(21.954)
IRPJ e CSLL no resultado	<u>(50.816)</u>	<u>(43.145)</u>
Alíquota efetiva	30,4%	31,8%

As declarações de imposto de renda do Grupo estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais por um período de cinco anos a partir do fim do exercício em que é entregue. Em virtude destas inspeções, podem surgir impostos adicionais e penalidades os quais seriam sujeitos a juros.

A Administração é de opinião de que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados de forma adequada.

24. Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais e administrativas

O Grupo Vamos no curso normal de seus negócios, apresenta demandas cíveis, tributárias e trabalhistas em fórum administrativo e judicial, e depósitos e bloqueios judiciais feitos em garantia dessas demandas. Com suporte da opinião de seus assessores jurídicos foram constituídas provisões para cobertura das prováveis perdas relacionadas a essas demandas, e quando aplicável, estão apresentadas líquidas dos seus respectivos depósitos judiciais.

24.1 Depósitos judiciais

Os depósitos e bloqueios judiciais referem-se a valores depositados em conta ou bloqueios de saldos bancários determinados em juízo, para garantia de eventuais execuções exigidas em juízo, ou valores depositados em acordo judicial em substituição de pagamentos de tributos ou contas a pagar que estão sendo discutidas em juízo.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Trabalhistas	4.539	3.089
Tributários	109	109
Total	<u>4.648</u>	<u>3.198</u>

24.2 Provisão para demandas judiciais e administrativas

O Grupo Vamos está envolvido em determinados assuntos legais oriundos do curso normal de seus negócios, que incluem processos cíveis, administrativos, tributários, previdenciários e trabalhistas.

O Grupo Vamos classifica os riscos de perda nos processos legais como “prováveis”, “possíveis” ou “remotos”. A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração do Grupo, com base na análise de seus assessores jurídicos, e refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas.

A Administração do Grupo Vamos acredita que a provisão para riscos cíveis e trabalhistas é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Trabalhistas	2.174	2.050
Cíveis	1.106	833
Total	<u>3.280</u>	<u>2.883</u>

Grupo VAMOS
Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas *carve-out*
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação das provisões para demandas judiciais e administrativas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é apresentada conforme a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.272
(+) Adições por combinação de negócios	501
(+) Adições	2.500
(-) Reversões	(1.390)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.883
(+) Adições	817
(-) Reversões	(420)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.280

Trabalhistas

Os processos trabalhistas são compostos principalmente por ações solicitando indenizações e outros pedidos diversos contra empresas do Grupo Vamos.

Cíveis

Referem-se, principalmente a processos relacionados a pedidos indenizatórios por motivos diversos contra as empresas do Grupo Vamos, assim como ações anulatórias e contratuais.

24.3 Perdas possíveis não provisionadas no balanço

O Grupo Vamos é parte de demandas cíveis, trabalhistas e tributárias nas esferas judicial e administrativa, cuja probabilidade de perda é considerada pelos administradores e seus assessores jurídicos como possível, e para as quais, portanto, não são constituídas provisões. Os valores totais em discussão são os seguintes:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Trabalhistas (i)	700	712
Cíveis (ii)	8.269	7.102
Tributárias (iii)	2.923	333
Total	11.892	8.147

- (i) As demandas trabalhistas são relacionadas a ações judiciais reclamando indenizações por reflexos trabalhistas movidas por ex-colaboradores do Grupo;
- (ii) As demandas cíveis estão relacionadas substancialmente a pedidos indenizatórios por perdas e danos, assim como ações anulatórias e reclamações por descumprimentos contratuais efetuadas por clientes contra a controlada Transrio que atua no segmento denominado “concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos”;
- (iii) As demandas tributárias referem-se a processos administrativos movidos pelo Grupo em questionamento de autos de infração emitidos em processo de fiscalização que o Grupo não concorda, e outros processos movidos para questionar a legitimidade de cobrança de determinados tributos.

25. Cessão de direitos creditórios

Durante o exercício de 2017 o Grupo Vamos efetuou a cessão de parte de seus direitos creditórios futuros originados de contratos de locações e prestação de serviços correlatos. Foram objeto de cessão os contratos cujos bens de locação estavam entregues, e com o devido reconhecimento por parte do cliente da locação e serviço prestado. O Grupo Vamos será responsável pela operacionalização das cobranças desses direitos creditórios, no entanto não há regresso e coobrigação pelos direitos creditórios, e não será responsável pela solvência do cliente contratante. O valor futuro da carteira cedida foi de R\$ 40.077, o valor recebido pelo Grupo Vamos foi de R\$ 30.214 e, os juros pagos serão apropriados como despesa financeira no resultado pelo prazo do contrato. Essa operação tem prazo de 60 meses com vencimento em dezembro de 2022. Os saldos registrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Venda de direitos creditórios	33.428	40.077
Juros a apropriar	(9.257)	(9.863)
Total	<u>24.171</u>	<u>30.214</u>
Total circulante	7.410	6.043
Total não circulante	16.761	24.171
Total	<u>24.171</u>	<u>30.214</u>

26. Patrimônio líquido e investimento da controladora

26.1 Capital social

O capital social do Grupo Vamos, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 482.817 divididos em 312.007 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (R\$ 504.371 em 31 de dezembro de 2017, divididos em 354.860 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal).

A Vamos está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações ordinárias, excluídas as ações já emitidas, independentemente de reforma estatutária.

As movimentações do capital social estão abaixo demonstradas:

	<u>Transrio</u>	<u>Vamos Individual</u>	<u>Combinado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>181.885</u>	<u>121.784</u>	<u>303.669</u>
Aumento de capital via integralização de AFAC (i)	-	7.460	7.460
Aumento de capital com transferência de investimentos (ii)	-	157.811	157.811
Transferência de investimentos da controladora (ii)	(181.885)	-	(181.885)
Rerratificação de ato societário para aumento de capital (iii)	-	15.976	15.976
Aumento de capital com emissão de novas ações (iv)	-	201.340	201.340
Transferência de investimento – cisão JSL Holding (v)	-	(4.507)	(4.507)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u> </u>	<u>499.864</u>	<u>499.864</u>
Cisão da JSL Holding (v)	-	(17.047)	(17.047)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u> </u>	<u>482.817</u>	<u>482.817</u>

- (i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 houve integralização do Adiantamento para futuro aumento de capital (“AFAC”) da JSL na Vamos no valor de R\$ 7.460. O saldo de AFAC foi reconhecido como instrumento patrimonial porque são irrevogáveis e irretroatáveis e, o aumento de capital social, constitui um aumento de ações sem qualquer indexação;
- (ii) Como as demonstrações financeiras combinadas *carve-out* estão sendo apresentadas como se a combinação de negócio sob controle comum (nota explicativa 1.2) tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2017, a reconciliação entre o patrimônio líquido combinado de 1º de janeiro de 2017 até 31 de outubro de 2017 e o patrimônio líquido combinado de 31 de outubro de 2017 até 31 de dezembro de 2017 está apresentada na linha de transferência de investimentos da

controladora, sendo que os montantes envolvidos nesta transação referem-se à saída dos componentes do patrimônio líquido da Transrio, composto de R\$ 181.885 de capital social e R\$ 24.074 de lucros acumulados, totalizando R\$ 157.811 o qual, no momento do investimento recebido, foi registrado como um aporte de capital;

- (iii) Em 31 de outubro de 2017 o capital social da Vamos foi aumentado pela sua controladora no montante de R\$ 15.976 referente a rratificações de ato societários;
- (iv) Em 21 de dezembro de 2017 foi aprovada em ata de assembleia geral extraordinária o aumento de capital social no valor de R\$ 113.201, mediante a emissão de 61.724 mil ações ordinárias. Em 22 de dezembro de 2017 foi aprovada em ata de assembleia geral extraordinária aumento de capital social, em decorrência da incorporação de ações das Sociedades Borgato, no valor de R\$ 88.139, mediante a emissão de 31.937 mil ações ordinárias;
- (v) Em 31 de dezembro de 2018 os acionistas aprovaram a cisão parcial da JSL Holding, com a redução do capital de R\$ 82.879 referente ao acervo líquido do investimento da Vamos na JSL Holding. Conforme nota explicativa 1.2, para propósito de elaboração das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*, em 31 de dezembro de 2017 foi eliminado o valor de R\$ 65.833 referente ao investimento da Vamos na JSL Holding e R\$ 4.507 referente ao resultado do exercício de 2017 da JSL Holding. Em 31 de dezembro de 2018, houve a eliminação do saldo remanescente de R\$ 17.047, assim como o valor de R\$ 7.045 referente ao resultado do exercício da JSL Holding.

26.2 Reserva de capital

a) Pagamento baseado em ações

A Controladora JSL S.A concedeu planos de pagamento baseado em ações a executivos dedicados ao Grupo Vamos que, por sua vez, considerou a apropriação dos valores respectivos a partir da data que eles passaram a dedicar-se as operações do Grupo Vamos de acordo com o ICPC 4 / IFRIC 8 - Alcance do Pronunciamento Técnico, CPC 10 / IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações – transações de ações do grupo e em tesouraria e ICPC 5 / IFRIC 11 - Pagamento Baseado em Ações.

Esses planos de pagamento baseado em ações são gerenciados pelo Conselho de Administração da JSL S.A. e são compostos da seguinte forma:

i. Planos de opções de ações:

Os critérios estabelecidos são: (i) outorga de opções de ações para administradores, empregados em posição de comando e pessoas naturais que prestem serviços ao Grupo JSL para cada categoria de profissionais elegíveis, definindo livremente, com base na Eleição de Beneficiários do Plano de Outorga; (ii) quantidade de ações que poderão ser adquiridas por cada um com o exercício das opções; e (iii) a condição para exercício é baseada na permanência dos profissionais elegíveis no Grupo JSL durante o período de aquisição de direito.

Esses planos são calculados com base na média da cotação das ações da JSL S.A. na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões anteriores do ano anterior da data de concessão, que deverá ser corrigido pela variação de 100% do CDI, desde a data da outorga das opções, até a data do efetivo pagamento ao Grupo JSL do preço de exercício pelo beneficiário.

O valor das opções é estimado na data de concessão, com base no modelo “*Black & Scholes*” de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos.

Grupo VAMOS
Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas *carve-out*
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As opções outorgadas nos planos vigentes poderão ser exercidas, desde que observadas os períodos de aquisição e exercício definidos nos contratos de outorga, e suas características estão indicadas nas tabelas a seguir:

Plano	Ano de outorga	Qtde. de opções	Tranche	Preço do exercício	Valor justo da opção na data da outorga	Volatilidade	Taxa de juros livre de risco	Dividendos esperados	Vida da opção	Período de aquisição	Prazo do exercício
VI	2016	48.983	1	8,36	4,98	45,7%	12,33%	0%	5,2 anos	27/06/2016 a 01/04/2019	04/2019 a 06/2022
VI	2016	48.983	2	8,36	5,62	45,7%	12,21%	0%	5,2 anos	27/06/2016 a 01/04/2020	04/2020 a 06/2022
VI	2016	97.967	3	8,36	6,17	45,7%	12,16%	0%	5,2 anos	27/06/2016 a 01/04/2021	04/2021 a 06/2022
VII	2017	33.056	1	9,03	2,02	42,3%	11,02%	0%	5 anos	01/04/2017 a 01/04/2020	04/2020 a 06/2022
VII	2017	33.056	2	9,03	2,55	42,3%	11,15%	0%	5 anos	01/04/2017 a 01/04/2021	06/2021 a 06/2022
VII	2017	66.113	3	9,03	3,02	42,3%	11,30%	0%	5 anos	01/04/2017 a 01/04/2022	04/2022 a 06/2022

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo acumulado na conta de reserva de capital referente à “pagamento baseado em ações” no patrimônio líquido é de R\$ 1.425 (R\$ 865 em 31 de dezembro de 2017) e no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi reconhecido R\$ 560 (R\$ 679 em 31 de dezembro de 2017) na rubrica de “Despesas administrativas”.

Movimentação durante o período

A tabela a seguir apresenta a quantidade e a média ponderada do preço de exercício e o movimento das opções de ações durante o período:

	Quantidade de opções de ações			Opções de ações em circulação	Preço médio do exercício (R\$)
	Outorgadas	Canceladas	Exercidas		
Posição em 31 de dezembro de 2016	195.933	-	-	195.933	8,36
Outorgas concedidas 2017	132.225	-	-	132.225	9,03
Posição em 31 de dezembro de 2017 e 2018	328.158	-	-	328.158	8,63

ii. Plano de ações restritas e *matching*

No dia 22 de outubro de 2018, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram o plano de ações restritas que consiste na entrega de ações da controladora JSL S.A. (ações restritas) a colaboradores do Grupo Vamos de até 35% do valor de remuneração variável dos beneficiários a título de bônus, em parcelas anuais por quatro anos. Adicionalmente, os colaboradores poderão, a seu exclusivo critério, optar pelo recebimento de uma parcela adicional do valor de remuneração variável a título de bônus em ações da JSL S.A., e caso o colaborador opte por receber ações, a JSL S.A. entregará ao colaborador 1 ação de *matching* para cada 1 ação própria recebida pelo colaborador, dentro dos limites estabelecidos no programa. A outorga de direito ao recebimento de ações restritas e ações *matching* é realizada mediante a celebração de Contratos de Outorga entre a JSL S.A. e o colaborador. Assim, o Plano busca (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da JSL S.A. e suas controladas; (b) alinhar os interesses dos acionistas da JSL S.A. e das suas controladas aos dos colaboradores; e (c) possibilitar à JSL S.A. e às suas controladas atrair e manter a elas vinculados os Beneficiários.

Para cálculo do número de ações restritas a serem entregues ao colaborador, o valor líquido auferido pelo colaborador será dividido pela média da cotação das ações da JSL S.A. na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões anteriores à cada data de aquisição dos direitos relacionados às ações restritas.

Grupo VAMOS
Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas *carve-out*
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As ações restritas e *matching* outorgadas serão resgatadas somente após os prazos mínimos estipulados pelo plano e conforme suas características indicadas nas tabelas a seguir:

Plano	Ano de outorga	Qtde. de ações	Tranche	Preço do exercício	Valor justo da ação na data da outorga	Volatilidade	Taxa de juros livre de risco	Dividendos esperados	Vida do plano de ações restritas	Período de aquisição	Data de transferência
I	2018	6.933	1	0,00	6,26	36,7%	6,38%	2,22%	5 anos	23/04/2018 a 24/04/2019	24/04/2019
I	2018	6.933	2	0,00	6,13	36,7%	7,25%	2,22%	5 anos	23/04/2018 a 24/04/2020	24/04/2020
I	2018	6.933	3	0,00	5,99	36,7%	8,19%	2,22%	5 anos	23/04/2018 a 24/04/2021	24/04/2021
I	2018	6.933	4	0,00	5,86	36,7%	8,89%	2,22%	5 anos	23/04/2018 a 24/04/2022	24/04/2022

O valor total do plano "I" é de R\$ 168, cabendo a parcela de cada exercício apropriados ao resultado do exercício, como despesas administrativas.

Movimentação durante o período

A tabela a seguir apresenta a quantidade e o movimento das ações restritas durante o período:

	Quantidade de ações restritas			Ações restritas em circulação
	Outorgadas	Canceladas	Exercidas	
Posição em 31 de dezembro de 2017	-	-	-	-
Outorgas concedidas 2018	27.732	-	-	27.732
Posição em 31 de dezembro de 2018	27.732	-	-	27.732

b) Ágio na subscrição de ações

A reserva de capital no montante de R\$ 22.774 é proveniente de diferença entre o valor patrimonial de R\$ 88.139 mencionado na nota explicativa 26.1 (iv) e o valor de R\$ 110.913 aportado de ações na data de aquisição das Sociedades Borgato, conforme nota explicativa 1.3.a.

26.3 Reserva de lucros

a) Distribuição de dividendos

Conforme o Estatuto Social da Companhia, os seus acionistas possuem direito a dividendo mínimo obrigatório anual de 25% sobre lucro líquido do exercício ajustado para:

- (i) 5% destinados à constituição de reserva legal; e
- (ii) Importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores. Uma parcela do lucro líquido também poderá ser retida com base em um orçamento de capital para contribuição de uma reserva de lucros estatutária denominada "reserva de investimentos".

O Estatuto Social da Vamos permite, ainda, distribuições de dividendos intercalares e intermediários, podendo ser imputados ao dividendo obrigatório.

Os juros sobre capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido, aplicando-se a variação da taxa de juros de longo prazo (TLP) do período. O pagamento é condicionado à existência de lucros no exercício antes da dedução dos juros sobre capital próprio, ou de lucros acumulados e reserva de lucros.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o cálculo e a movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio estão demonstrados a seguir:

Grupo VAMOS
Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas *carve-out*
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Juros sobre capital próprio	Dividendos a pagar	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2017	-	-	-
Juros sobre capital próprio	12.742	-	12.742
Distribuição de lucros	-	6.422	6.422
Aquisição Sociedades Borgato	-	1.193	1.193
IRRF	(1.911)	-	(1.911)
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (Nota 20.1)	10.831	7.615	18.446
Juros sobre capital próprio	20.000	-	20.000
Dividendos pagos	-	(1.193)	(1.193)
Distribuição de lucros	-	27.122	27.122
IRRF	(3.000)	-	(3.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (Nota 20.1)	27.831	33.544	61.375

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício da Companhia, limitada a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando o Grupo apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram constituídos R\$ 5.647 (R\$ 4.035 em 31 de dezembro de 2017) como reserva legal.

26.4 Ações em tesouraria

Representa as ações da própria Companhia recompradas dos antigos proprietários das Sociedades Borgato, em 08 de junho de 2018, junto com a sua controladora, conforme divulgado na nota explicativa 1.3.c.

27. Cobertura de seguros

O Grupo mantém seguros, cuja cobertura contratada é considerada pela Administração suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As coberturas de seguros são:

a) Responsabilidade sobre propriedade de terceiros

A apólice é corporativa tendo sua cobertura em nome da JSL S.A., entretanto, existe um processo interno de rateio dos prêmios pagos entre o Grupo e a JSL S.A.

Serviços segurados	Vigência	JSL S.A. Cobertura
Incêndio, queda de raio e explosão	11/2018 a 11/2019	25.063
Danos elétricos	11/2018 a 11/2019	70
Quebra de vidros	11/2018 a 11/2019	200
Anúncios luminosos / letreiros	11/2018 a 11/2019	200
Roubo ou furto qualificado	11/2018 a 11/2019	300
Alagamento / inundação	11/2018 a 11/2019	200
Equipamentos estacionários	11/2018 a 11/2019	20
Fidelidade de empregados	11/2018 a 11/2019	100
Despesa com recomposição de registros e documentos	11/2018 a 11/2019	8
Tumultos, greves / <i>lock-out</i> e atos dolosos	11/2018 a 11/2019	100
RD revendas concessionárias	11/2018 a 11/2019	400
Responsabilidade civil de operações de concessionárias	11/2018 a 11/2019	400
Responsabilidade civil – danos morais operações de concessionárias	11/2018 a 11/2019	500
Vendaval até fumaça	11/2018 a 11/2019	500
Equipamentos em exposição e / ou demonstração sem transporte	11/2018 a 11/2019	400
Total de cobertura		28.461

b) Frota

O Grupo contrata seguro para frota conforme exigências contratuais, entretanto na sua maior parte faz a auto-gestão de sua frota, tendo em vista seu elevado custo e o baixo histórico de sinistros.

Grupo VAMOS**Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas *carve-out*****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017***Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma***28. Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços**

O efeito da adoção do CPC 47 / IFRS 15 sobre a receita de contrato com clientes do Grupo está descrito na nota explicativa 2.19.3. Devido ao método de transição utilizado na aplicação do CPC 47 / IFRS 15, as informações comparativas não foram reapresentadas para refletir os novos requisitos.

a) Fluxos de receitas

O Grupo Vamos gera receita principalmente pela venda de veículos novos, seminovos, peças, locação e prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receita de locação e prestação de serviços	524.393	432.927
Receita de venda de veículos e acessórios	359.039	176.757
Receita de venda de ativos desmobilizados	99.858	65.072
Total da receita líquida	983.290	674.756

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e a receita apresentada nas demonstrações de resultado do exercício:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Operações continuadas		
Receita bruta	1.100.543	762.050
(-) Impostos sobre vendas	(90.251)	(66.491)
(-) Devoluções e abatimentos	(26.560)	(20.056)
(-) Descontos concedidos	(442)	(747)
Total da receita líquida	983.290	674.756

Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente em ICMS (alíquota de 7% a 19%), impostos municipais sobre serviços (alíquota de 2% a 5%), contribuições relacionadas à PIS (alíquota de 0,65% ou 1,65%) e COFINS (alíquota de 3% ou 7,65%).

Grupo VAMOS**Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas *carve-out*****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017***Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma***b) Desagregação das receitas de contratos com clientes**

Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica da receita de contratos com clientes das principais linhas de negócio e época do reconhecimento da receita. Ela também inclui a conciliação da composição analítica da receita com os segmentos reportáveis do Grupo.

Principais produtos e serviços	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos		Locação de caminhões, máquinas e equipamentos		Eliminações		Total	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receita de locação	-	-	520.211	379.555	(26.183)	(980)	494.028	378.575
Receita de prestação de serviços	30.365	18.487	-	-	-	-	30.365	18.487
Receita de venda de ativos desmobilizados	1.923	102	103.809	64.970	(5.874)	-	99.858	65.072
Receita com venda de peças e acessórios	99.677	70.376	-	-	-	-	99.677	70.376
Receita de venda de veículos novos	238.981	132.607	-	-	-	-	238.981	132.607
Receita de venda de veículos usados	20.381	9.639	-	-	-	-	20.381	9.639
Total da receita líquida	391.327	231.211	624.020	444.525	(32.057)	(980)	983.290	674.756
Tempo de reconhecimento de receita								
Produtos transferidos em momento específico no tempo	360.962	212.724	103.809	64.970	(5.874)	-	458.897	277.694
Produtos e serviços transferidos ao longo do tempo	30.365	18.487	520.211	379.555	(26.183)	(980)	524.393	397.062
Total da receita líquida	391.327	231.211	624.020	444.525	(32.057)	(980)	983.290	674.756

Grupo VAMOS
Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas *carve-out*
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29. Gastos por natureza

As informações de resultado do Grupo Vamos são apresentadas por função. A seguir está demonstrado o detalhamento dos gastos por natureza:

	<u>31/12/2018 (i)</u>	<u>31/12/2017 (i)</u>
	(Reclassificado)	
Custo de vendas de veículos novos	(190.248)	(114.651)
Custo de vendas de veículos usados	(17.248)	(6.241)
Custo e despesas com frota	(13.219)	(22.864)
Custo de vendas de ativos desmobilizados (nota 11)	(97.774)	(67.903)
Custo de venda de peças	(75.874)	(48.380)
Pessoal	(82.787)	(52.199)
Depreciação e amortização (notas 13 e 14)	(218.462)	(124.043)
Peças, pneus e manutenções	(24.274)	(19.429)
Combustíveis e lubrificantes	(2.949)	(1.618)
(Provisão) reversão de provisão para perdas nos estoques (nota 8)	(2.338)	86
Provisão para demandas judiciais e administrativas (nota 24)	(397)	(1.110)
Propaganda e publicidade	(578)	(396)
Serviços prestados por terceiros	(17.174)	(9.875)
Perdas esperadas (<i>impairment</i>) de contas a receber (nota 7)	(9.133)	(25.470)
Indenizações judiciais	-	(27)
Energia elétrica	(1.279)	(780)
Comunicação	(1.618)	(610)
Viagens, refeições e estadias	(4.962)	(1.053)
Aluguéis de imóveis (nota 31.1)	(12.414)	(7.693)
Aluguéis de caminhões, máquinas e equipamentos	(12.926)	(27.540)
Resultado na venda de veículos avariados (ii)	327	436
Despesas tributárias	(1.174)	(762)
Recuperação de PIS e COFINS (iii)	30.135	23.146
Créditos de impostos extemporâneos (iv)	5.406	2.489
Outras receitas (custos e despesas), líquidas	1.383	12.681
	<u>(749.577)</u>	<u>(493.806)</u>
Custo das vendas, locações e prestação de serviços	(552.881)	(327.114)
Custo de venda de ativos desmobilizados	(97.774)	(67.903)
Despesas comerciais	(22.533)	(15.951)
Despesas administrativas	(85.805)	(65.141)
Perdas esperadas (<i>impairment</i>) de contas a receber	(9.133)	(25.470)
Outras receitas operacionais	23.204	11.148
Outras despesas operacionais	(4.655)	(3.375)
	<u>(749.577)</u>	<u>(493.806)</u>

- (i) Os valores de 31 de dezembro de 2018 refletem os impactos da adoção do CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente, sendo que os gastos por natureza para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não estão sendo representados. Na nota explicativa 2.19.3 estão apresentados os reflexos da adoção do CPC 48 / IFRS 9 e do CPC 47 / IFRS 15;
- (ii) Referem-se ao custo de veículos avariados e sinistrados baixados, líquidos do respectivo valor recuperado por venda, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$ 1.308 (R\$ 1.483 em 31 de dezembro de 2017);
- (iii) Créditos de PIS e COFINS sobre aquisição de insumos e encargos de depreciação como créditos redutores dos custos dos produtos e serviços vendidos, para melhor refletir as naturezas dos respectivos créditos e despesas;
- (iv) É composto créditos extemporâneos de PIS e COFINS em 2018, e em 2017 por verbas de INSS relacionadas a temas já pacificados no âmbito administrativo e judicial.

Grupo VAMOS
Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas *carve-out*
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

30. Resultado financeiro

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Despesas financeiras		
Despesas do serviço da dívida		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(65.395)	(54.628)
Juros e encargos bancários sobre arrendamentos financeiros	(3.038)	(2.393)
Juros de risco sacado a pagar – montadoras	(1.744)	(127)
Juros sobre direitos creditórios	(606)	-
Varição cambial sobre empréstimos	(4.192)	-
Resultado na operação dos <i>swaps</i> , líquido	3.805	-
Despesa total do serviço da dívida	<u>(71.170)</u>	<u>(57.148)</u>
AVP - Despesa financeira	(1.059)	-
Imposto sobre operações financeiras (IOF)	(440)	-
Despesas bancárias	(1.110)	-
Descontos concedidos	(1.711)	-
Despesa de atualização monetária	(951)	-
Juros passivos	(1.439)	-
Outras despesas financeiras	(6.614)	(105)
Despesa financeira total	<u>(84.494)</u>	<u>(57.253)</u>
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	9.309	8.081
Receita de variação monetária	181	678
Outras receitas financeiras	296	228
AVP - Receita financeira	1.578	-
Juros recebidos	6.507	3.045
Receita financeira total	<u>17.871</u>	<u>12.032</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(66.623)</u>	<u>(45.221)</u>

31. Arrendamento operacional

31.1 Grupo Vamos como arrendatário

O Grupo Vamos possui contratos de arrendamento para suas lojas firmados com terceiros. Depois de analisar esses contratos, a Administração concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento operacional.

Os referidos contratos de arrendamento possuem prazos de validade de 1 a 15 anos, podendo ser renovados contratual e automaticamente por um período adicional indeterminado. O valor do aluguel equivale a uma parcela fixa mensal sendo reajustada anualmente por índice determinado em contrato, em geral pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as despesas operacionais de aluguel totalizaram R\$ 12.414 (R\$ 7.693 em 31 dezembro de 2017), os pagamentos mínimos futuros estão demonstrados no quadro abaixo:

	<u>Até 1 ano</u>	<u>De 1 a 2 anos</u>	<u>De 2 a 3 anos</u>	<u>De 3 a 4 anos</u>	<u>cima de 4 anos</u>	<u>Total</u>
Obrigações futuras de arrendamentos operacionais	11.455	11.454	11.432	10.394	72.494	117.229

31.2 Grupo Vamos como arrendador

O Grupo Vamos possui contratos de prestação de serviços que são classificados como arrendamento mercantil operacional com prazos de vencimento até 2022. Esses contratos normalmente duram de 1 (um) a 10 (dez) anos, com opção de renovação após este período. Os recebimentos de arrendamento são reajustados por índices de inflação, para refletir os valores de mercado.

Grupo VAMOS
Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas *carve-out*
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2018, os recebimentos futuros de arrendamentos são como segue:

	<u>Até 1 ano</u>	<u>De 1 a 2 anos</u>	<u>De 2 a 3 anos</u>	<u>De 3 a 4 anos</u>	<u>De 4 a 5 anos</u>	<u>Acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Vamos	540.735	430.568	341.153	241.744	130.755	101.600	1.786.555

32. Lucro por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Numerador:		
Lucro líquido do exercício	116.274	92.584
Denominador:		
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	336.585.273	159.833.629
Lucro líquido básico e diluído por ações - R\$	<u>0,34545</u>	<u>0,57925</u>

Média ponderada das ações ordinárias

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ações ordinárias existentes em 1º de janeiro	354.860.334	125.392.612
Efeito das ações emitidas	-	34.441.017
Efeito das ações recompradas	(18.275.061)	-
Média ponderada de ações ordinárias em circulação (i)	<u>336.585.273</u>	<u>159.833.629</u>

A Vamos não apresentou transações ou contratos envolvendo ações ordinárias ou ações potenciais com impacto no lucro por ação diluído.

- (i) Em consequência à cisão da JSL Holding, divulgado na nota explicativa 1.3.d, houve o cancelamento de ações, porém como a cisão ocorreu em 31 de dezembro de 2018, não houve impacto na média ponderada de ações ordinárias em circulação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

33. Informações suplementares do fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

O Grupo fez aquisições de veículos para expansão de sua frota e parte destes veículos não afetaram o caixa por estarem financiados, ou por advirem de incorporação. Abaixo estão demonstradas essas aquisições sem efeito de saída de caixa:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Reconciliações entre as adições do imobilizado e adições do fluxos de caixa:		
Total de adições do imobilizado	482.170	249.323
Captação de arrendamentos financeiros e Finame para aquisição de imobilizado	(301.095)	(120.728)
Varição do saldo de risco sacado a pagar – montadoras	4.604	(3.027)
Varição no saldo de fornecedores de imobilizados e montadoras de veículos	8.401	(19.418)
	<u>194.080</u>	<u>106.150</u>
Demonstrações dos fluxos de caixa		
Imobilizado operacional para locação	190.991	102.684
Imobilizado para investimento	3.089	3.466
	<u>194.080</u>	<u>106.150</u>
Outras transações que não afetaram caixa:		
Recompra de ações (Ações em tesouraria nota explicativa 1.3.c)	(94.193)	-
	<u>(94.193)</u>	<u>-</u>

Grupo VAMOS
Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas *carve-out*
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme nota explicativa 1.3.a, em 22 de dezembro de 2017, a Vamos concluiu a aquisição da totalidade do capital social das Sociedades Borgato, com os seguintes impactos no fluxo de caixa:

	31/12/2017
Preço total (contraprestação), conforme contrato	224.116
(-) Reserva de contingências	(20.000)
(-) Valor a pagar em parcelas	(83.147)
(-) Valor pago com ações da controladora	(110.913)
Caixa desembolsado pela controladora	10.056
Caixa assumido da operação, na data do termo de fechamento	34.953
Caixa efetivo assumido na operação	24.897

34. Eventos subsequentes

a) Emissão de debêntures

Em 22 de fevereiro de 2019, a VERT Companhia Securitizadora, divulgou o aviso ao mercado a respeito da emissão da 1ª série da 21ª emissão de Certificados de Recebíveis no valor total, inicialmente, de R\$ 250.000, lastreados nos Direitos Creditórios do Agronegócio os quais são representados pelas debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição privada de emissão da Vamos.

b) Distribuição de dividendos (reapresentado)

Em 25 de fevereiro de 2019, a Assembleia dos Acionistas aprovou a distribuição de dividendos do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, após a dedução das reservas de lucros, no montante de R\$ 107.290, atribuídos a esse montante, juros sobre o capital próprio, declarados no mesmo ano no valor de R\$ 20.000. Também foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 89.832 das reservas de lucros acumulados de exercícios anteriores.

* * * * *